

RELATÓRIO DE
**GESTÃO
INTEGRADO
2025**

MINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL



RELATÓRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MPS)

ROL DOS RESPONSÁVEIS

MINISTRO DE ESTADO

Wolney Queiroz Maciel

ASSESSORA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

Isadora Jinkings Melo Silva

ASSESSORA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Gisele Federicce Francisco

ASSESSOR INTERNACIONAL

Ryan de Sousa Oliveira

ASSESSORA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIVERSIDADE

Amanda Anderson de Souza

ASSESSORA DE MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Juliana da Conceição Borges

OUIDORA-GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ana Paula Schwelm Gonçalves

CORREGEDOR DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Jeaniton Souza Pinto

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Felipe Cavalcante e Silva

COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

Patrick Barcellos Peixe

COORDENADORA-GERAL DE INTELIGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Thaís Regina de Santana

COORDENADORA-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

Karina Viana de Freitas

SECRETÁRIO DE REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Benedito Adalberto Brunca

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Eduardo da Silva Pereira

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Márcia Rejane Soares Campos

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA FEDERAL

Álvaro Friderichs Fagundes

SECRETÁRIO DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR

Paulo Roberto dos Santos Pinto

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Narlon Gutierre Nogueira

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Allex Albert Rodrigues

PRESIDENTE DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ana Cristina Viana Silveira

CONSOLIDAÇÃO E EDIÇÃO

Coordenadora de Planejamento
Estratégico: Fernanda Fabiane Fuck
Sommerfeld
Chefe da Divisão de Metodologias e
Gestão Estratégica: Aline Silveira de
Souza

PROJETO GRÁFICO

Ministério da Gestão e Inovação

MENSAGEM DO MINISTRO

Em 2025, a Previdência Social reafirmou seu papel como um dos principais instrumentos de proteção social do Estado brasileiro, promovendo segurança, estabilidade e dignidade para milhões de cidadãos. Em um cenário de grandes responsabilidades institucionais, atuamos com equilíbrio, responsabilidade fiscal e compromisso permanente com o cidadão, fortalecendo a sustentabilidade do sistema e aprimorando a qualidade dos serviços prestados.

Ao longo do exercício, o Regime Geral de Previdência Social manteve mais de 35 milhões de benefícios ativos e concedeu mais de 7 milhões de novos benefícios, assegurando o pagamento de aproximadamente R\$ 978 bilhões à população. Esses números representam muito mais que indicadores administrativos: significam segurança de renda para famílias, amparo em momentos de vulnerabilidade e dinamização da economia nos municípios brasileiros, onde a Previdência Social é, muitas vezes, a principal fonte de circulação de recursos.

A ampliação da capacidade de atendimento foi conduzida com foco na redução de desigualdades e na melhoria da experiência do segurado. A Perícia Médica Federal realizou 10,5 milhões de atendimentos em 2025, consolidando a integração entre atendimentos presenciais e documentais. A expansão da Perícia Conectada e a nomeação de 500 novos peritos

médicos federais ampliaram o acesso em diversas regiões do país, aproximando o Estado do cidadão e reduzindo barreiras geográficas.

No âmbito recursal, promovemos avanços relevantes na celeridade e na organização dos processos administrativos. O Conselho de Recursos da Previdência Social analisou mais de um milhão de processos no ano e reduziu significativamente o tempo médio de tramitação, fortalecendo a segurança jurídica e assegurando respostas mais tempestivas aos segurados.

A transformação digital seguiu como eixo estruturante da modernização institucional. Implementamos o novo Plano de Transformação Digital, fortalecemos a governança de tecnologia e segurança da informação e estruturamos iniciativas voltadas à inovação e ao uso responsável de dados. Essas ações ampliam a eficiência administrativa e contribuem para um atendimento mais simples, seguro e acessível.

O combate às fraudes foi conduzido com responsabilidade e firmeza, preservando recursos que pertencem à sociedade. Em 2025, intensificamos a integração com órgãos de controle e de persecução penal, ampliando o uso de inteligência e tecnologia para identificar irregularidades e interromper pagamentos indevidos. As operações realizadas pela Força-Tarefa Previdenciária resultaram em economia estimada superior a R\$ 450 milhões, recursos

WOLNEY QUEIROZ MACIEL

Ministro de Estado da Previdência Social

que permanecem destinados a quem efetivamente tem direito. Paralelamente, avançamos no atendimento às recomendações dos órgãos de controle e reduzimos de forma expressiva o estoque de Tomadas de Contas Especiais, fortalecendo a integridade institucional e a capacidade de governança.

Nos Regimes Próprios de Previdência Social, ampliamos o apoio técnico aos entes federativos, com mais de 77 mil atendimentos, contribuindo para maior sustentabilidade e segurança na gestão local. Na Previdência Complementar, são R\$ 3,2 trilhões de ativos previdenciários privados, reafirmando o papel do setor na formação de poupança de longo prazo e no desenvolvimento econômico do país.

A execução orçamentária, superior a R\$ 1 trilhão, reflete a dimensão estratégica da política previdenciária e a responsabilidade envolvida em sua gestão. Cada decisão administrativa carrega impacto direto na vida das pessoas e exige compromisso com a transparência, a conformidade e o interesse público.

A Previdência Social não se resume a benefícios e números. Ela representa amparo diante da doença, proteção na velhice, suporte em situações de incapacidade e segurança para milhões de famílias. Cabe ao Estado assegurar que esses direitos sejam efetivamente garantidos com eficiência, respeito e humanidade.



Foto: Edson Leal

Encaminho este Relatório de Gestão de 2025 com a convicção de que avançamos de forma consistente na modernização, na integridade e na melhoria dos serviços prestados à população. Seguiremos trabalhando para consolidar uma Previdência Social cada vez mais sustentável, acessível e centrada no cidadão, honrando sua missão institucional de proteger direitos, fortalecer os regimes previdenciários e assegurar a sustentabilidade da proteção social no Brasil.

MINISTÉRIO EM NÚMEROS

A Previdência Social atua como instrumento fundamental de proteção e justiça social, baseada nos princípios da equidade e solidariedade contributiva. Este relatório consolida os resultados da gestão do Ministério da Previdência Social em 2025, apresentando o desempenho institucional e o impacto socioeconômico de suas políticas para a sociedade brasileira.

A seguir, apresenta-se um resumo das informações sobre a gestão do Ministério da Previdência Social e seu impacto na sociedade brasileira.

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)

Benefícios concedidos: foram concedidos 7.025.571 novos benefícios previdenciários, dos quais 27,1% correspondem a aposentadorias e pensões e 72,9% a auxílios e salário-maternidade. O estoque de benefícios ativos do RGPS, em dezembro de 2025, totalizou 35.173.071 benefícios, sendo 93,7% relativos a aposentadorias e pensões e 6,3% a auxílios e salário-maternidade.

Valor da emissão bruta de benefícios: somou R\$ 74.389,6 milhões, considerando-se apenas a competência de dezembro de 2025. No acumulado de 2025, os pagamentos de benefícios do RGPS totalizaram R\$ 978 bilhões. Destaca-se que esse valor representa os recursos pagos diretamente aos beneficiários e injetados nas economias locais.

RESULTADO DO RGPS, EM MILHÕES NOMINAIS

No ano de 2025, pelo lado das receitas, a arrecadação líquida do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) registrou R\$ 709.714,3 milhões, sendo 98,1% de natureza urbana e 1,9% de natureza rural.

No que se refere às despesas, o pagamento dos benefícios do RGPS alcançou R\$ 978.030,5 milhões no ano. Somaram-se a esse montante R\$ 42.281,8 milhões referentes ao pagamento de sentenças judiciais e R\$ 6.560,3 milhões em despesas de compensações previdenciárias, totalizando R\$ 1.026.872,6 milhões.

Com base nesses valores, o resultado primário do Fundo do RGPS foi deficitário, indicando necessidade de financiamento de R\$ 317.158,3 milhões.

PERÍCIA MÉDICA FEDERAL

- 10.514.735 atendimentos da Perícia Médica Federal
- 5.264.287 atendimentos Presenciais da Perícia Médica Federal
- 5.250.448 atendimentos documentais da Perícia Médica Federal
- 208.739 atendimentos somente em Perícia Conectada da Perícia Médica Federal
- 554 unidades de atendimento remoto – PERÍCIA CONECTADA
- 178.094 atendimentos extras em fins de semana - MUTIRÕES
- 500 novos peritos médicos federais em 235 municípios

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

- Mais de 77 mil atendimentos aos entes com RPPS;
- Mais de 22 mil certificações profissionais dos gestores de RPPS;
- Cadastrados 1.135 acordos de parcelamento de 373 entes federativos diferentes. O valor total parcelado foi de R\$ 15,5 bilhões e o total parcelado dos acordos aceitos foi de R\$ 2,1 bilhões.

REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (RPC)

- 1 milhão de beneficiários;
- R\$ 3,2 trilhões ativos previdenciários privados (equivalente a 25% do PIB);
- R\$ 103 bilhões de valores pagos por ano.

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (CRPS)

- Redução do tempo Médio de Tramitação de Recursos Ordinários de 364 em 2024 para 183 dias em 2025;
- O volume total de processos analisados alcançou 1.016.631. Dessas análises, 841.314 decisões, monocráticas ou colegiadas, foram proferidas.

ACORDOS INTERNACIONAIS EM ANDAMENTO

- 8 Acordos Bilaterais de Previdência Social em diferentes estágios (negociação, atualização, internalização ou operacionalização);
- Mais de 20 reuniões internacionais (presenciais e virtuais) relacionadas a acordos previdenciários e cooperação técnica;
- Participação ativa em 10+ organismos e fóruns multilaterais, incluindo AISS, CISS, OISS, OIT, CPLP, BRICS e Mercosul.

AUDITORIAS

- Deliberações do TCU (Acórdãos): 117 deliberações registradas, distribuídas em: 43 determinações, 66 recomendações e 10 científicas. Dessas deliberações, 81 foram concluídas ainda em 2025;
- Recomendações da CGU (Relatórios de Auditoria): 212 registradas, sendo 98 concluídas e 26 em análise pelo MPS. As demais demandam análise de órgão externo;
- Tomadas de Contas Especiais (TCE): Redução do passivo de mais de 675 processos para apenas 16 em fase de finalização ao término de 2025.

INTELIGÊNCIA E COMBATE À FRAUDE

- 63 operações especiais e 15 ações de flagrante realizadas pela Força-Tarefa Previdenciária;
- 322 mandados judiciais cumpridos, sendo 42 mandados de prisão, 5 de suspensão de atividade pública e 275 mandados de busca e apreensão.
- Economia estimada em R\$ 453,1 milhões em pagamentos futuros que deixaram de ser realizados a supostos beneficiários, em razão da desarticulação desses esquemas.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Mais de 4,4 milhões de visualizações nas publicações realizadas nas redes sociais institucionais;
- 7.411 de seguidores no canal oficial do MPS no WhatsApp;
- 85.901 seguidores nas redes sociais (Instagram, Facebook, X, YouTube e WhatsApp) do MPS.

FORÇA DE TRABALHO

- 4.734 compõem a força de trabalho dos agentes em exercício no órgão, sendo:
- 3.569 da carreira de perícia médica federal;

- 534 conselheiros;
- 12 estagiários;
- 347 servidores de outros órgãos, cedidos ou requisitados;
- 48 em exercício descentralizado das carreiras de Analistas Técnicos de Políticas Sociais (ATPS), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), Analista em Tecnologia da Informação (ATI), Administrador e Contador;
- 23 servidores de outros órgãos, com alteração de exercício para compor força de trabalho do MPS; e
- 150 servidores da carreira da Previdência, Saúde e Trabalho.

/ SOBRE O RGI 2025



Foto: Edson Leal

Em conformidade com o modelo de prestação de contas estabelecido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), este documento fundamenta-se nas diretrizes da Instrução Normativa TCU nº 84/2020, da Decisão Normativa TCU nº 198/2022 e da Portaria TCU nº 52/2024. Tais dispositivos balizam a seleção de informações de alta materialidade e relevância, assegurando a fidedignidade dos dados necessários ao controle social e à fiscalização institucional.

Assim, o Relatório de Gestão Integrada 2025 do Ministério da Previdência Social consubstancia o compromisso da pasta com a transparência pública, a responsabilidade fiscal e a estrita observância ao ordenamento normativo da Administração Pública Federal.

A elaboração deste documento baseou-se em um modelo de gestão participativa, sob a coordenação da Secretaria Executiva, por meio de sua Coordenação de Planejamento Estratégico. O engajamento das diversas unidades setoriais permitiu a consolidação de informações técnicas precisas, garantindo a integridade e a visão sistêmica dos dados. Este fluxo de construção foi ratificado pela Alta Administração, assegurando o pleno alinhamento às boas práticas de governança e aos padrões de compliance público.

Dessa forma, o Ministério da Previdência Social apresenta este documento sob a metodologia de relato integrado, em estrita observância ao art. 8º, § 3º, da IN TCU nº 84/2020. Mais do que um balanço anual, esta prestação de contas justifica os resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos, atendendo às necessidades de informação da sociedade e dos órgãos de controle.

CAPÍTULO 1: VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 Atuação do Ministério da Previdência Social (MPS)	9
1.2. Estrutura organizacional	12
1.3. Ambiente externo	17
1.4. Metodologia de seleção de temas e avaliação de resultados	18

CAPÍTULO 2: GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E RESULTADOS

2.1. Estrutura de governança	20
2.2. Inteligência previdenciária	21
2.3. Estratégia institucional	23
2.4. Resultados do PPA	23
2.5 Resultados no regime geral de previdência social	28
2.6. Resultados dos Regimes Próprios de Previdência Social	32
2.7. Resultados no Regime de Previdência Complementar	37
2.8. Resultados no âmbito recursal	39
2.9. Resultados no âmbito internacional	39
2.10. Relacionamento com a sociedade	40

CAPÍTULO 3: INTEGRIDADE, GESTÃO DE RISCOS, DESAFIOS E SUSTENTABILIDADE

3.1. Integridade e gestão de riscos	44
3.2. Influências externas e desafios estruturais	48
3.3. Sustentabilidade	49

CAPÍTULO 4: INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1. Gestão orçamentária e financeira	53
4.2. Gestão patrimonial e infraestrutura	61
4.3. Gestão da tecnologia da informação	62
4.4. Demonstrações contábeis	63

CAPÍTULO 1 —————

Visão geral, organizacional e ambiente externo





1.1 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MPS)

O Ministério da Previdência Social (MPS) desempenha papel central na formulação, coordenação e condução das políticas de proteção social no Brasil. Como órgão responsável pela definição de diretrizes e pelo gerenciamento da política previdenciária, o Ministério assegura que a população esteja amparada diante dos principais riscos sociais, promovendo segurança de renda e proteção à dignidade dos cidadãos.

Sua atuação fundamenta-se na garantia de direitos aos segurados e seguradas e a seus dependentes, assegurando meios de subsistência em situações de vulnerabilidade decorrentes do envelhecimento, da doença, da invalidez ou da morte. Nesse contexto, o MPS atua tanto de forma preventiva quanto reativa, estruturando mecanismos institucionais que buscam mitigar riscos sociais e fortalecer a rede de proteção previdenciária.

A gestão previdenciária brasileira organiza-se a partir de três pilares estruturantes e complementares: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e o Regime de Previdência Complementar (RPC). Esses regimes compõem a arquitetura institucional da proteção social no País e exercem amplo impacto econômico e social, contribuindo para a redução das desigualdades, a estabilidade da renda das famílias e a dinamização das economias locais.

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) constitui o maior sistema previdenciário

nacional, abrangendo a maior parte dos trabalhadores da iniciativa privada, empregados domésticos, contribuintes individuais, trabalhadores avulsos e segurados especiais. De caráter contributivo e solidário, assegura benefícios como aposentadorias, pensões por morte, auxílios e salário-maternidade. Além de garantir proteção individual, o RGPS exerce relevante função distributiva, especialmente em municípios de pequeno e médio porte, onde os benefícios previdenciários representam parcela significativa da renda e da atividade econômica.

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a proteção dos servidores titulares de cargos efetivos, organizam-se de forma descentralizada e demandam elevada capacidade de gestão atuarial, financeira e administrativa. A sustentabilidade desses regimes depende de planejamento de longo prazo, equilíbrio entre receitas e despesas e observância a boas práticas de governança. Sua adequada condução é essencial tanto para

assegurar direitos aos servidores e seus dependentes quanto para preservar a responsabilidade fiscal e o equilíbrio das contas públicas dos entes federativos.

Complementarmente, o Regime de Previdência Complementar (RPC) possui natureza facultativa e tem por finalidade ampliar a renda na aposentadoria, além dos limites estabelecidos pelos regimes obrigatórios. Estruturado sob o regime de capitalização, pode ser operado por entidades fechadas — os fundos de pensão — ou por entidades abertas, vinculadas a instituições financeiras e seguradoras. Além de reforçar a proteção previdenciária individual, o RPC desempenha papel estratégico no desenvolvimento do mercado de capitais e na formação de poupança de longo prazo, contribuindo para o financiamento do crescimento econômico.

Em conjunto, esses três regimes conformam um sistema integrado e complementar de proteção social, cuja efetividade depende de coordenação institucional, solidez normativa, sustentabilidade financeira e aprimoramento contínuo da governança, assegurando equilíbrio intergeracional e a manutenção da confiança da sociedade no sistema previdenciário brasileiro.

Nesse arranjo, o Ministério da Previdência Social exerce função estratégica ao formular políticas, estabelecer diretrizes, supervisionar a implementação dos regimes e fortalecer seus mecanismos de governança, garantindo integridade, sustentabilidade e capacidade de entrega de proteção social à população brasileira.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO AO PPA 2024-2027

A atuação do Ministério da Previdência Social está plenamente alinhada ao Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, instituído pela Lei nº 14.802/2024, especialmente por meio do Programa 2314 – “Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania”. O programa orienta as ações estratégicas do Ministério com foco na ampliação do acesso à proteção previdenciária, na melhoria contínua da qualidade e da eficiência dos serviços prestados à população e no fortalecimento da sustentabilidade financeira e atuarial dos regimes previdenciários. Dessa forma, consolida-se o papel do Estado na promoção da inclusão, na garantia de direitos e na preservação da proteção social como instrumento de cidadania e desenvolvimento.

MISSÃO INSTITUCIONAL

CUIDAR DA PROTEÇÃO SOCIAL garantindo os direitos, combatendo fraudes e fortalecendo os regimes previdenciários, para que todos tenham acesso a um sistema justo e seguro.

VISÃO DE FUTURO

SER RECONHECIDA COMO UM SISTEMA PREVIDENCIÁRIO EFICIENTE E INCLUSIVO, que promove dignidade e segurança para toda a população brasileira.

VALORES

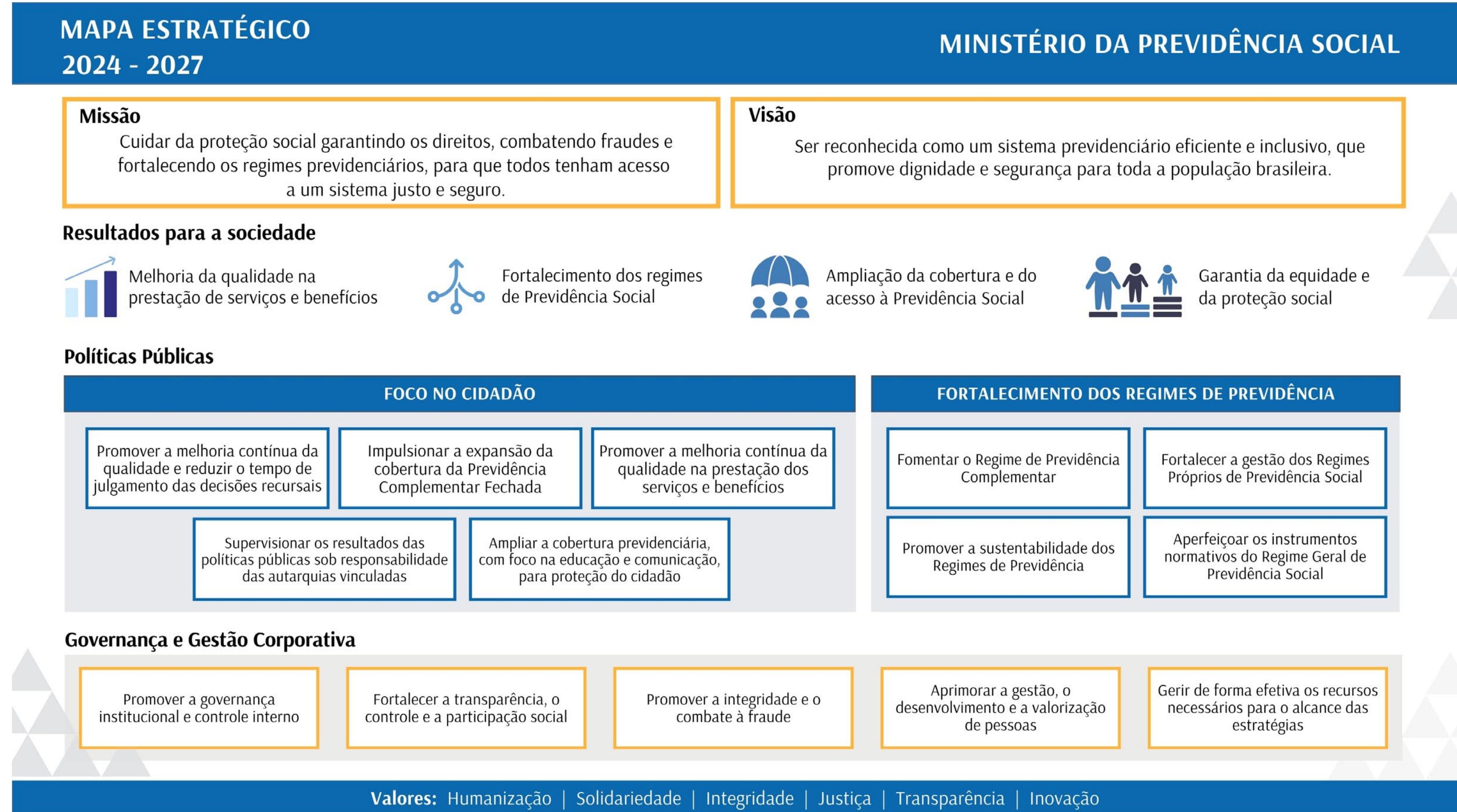
Humanização, solidariedade, integridade, justiça, transparência e inovação.

NOVO MAPA ESTRATÉGICO

Em 2025, por meio da Portaria MPS nº 436/2025, o MPS consolidou sua governança com a aprovação do novo Mapa Estratégico Institucional, que integra as unidades técnicas em torno de uma visão comum de eficiência e inclusão.

O Mapa Estratégico desdobra-se em 14 objetivos que buscam gerar os seguintes resultados para a sociedade: a melhoria da qualidade na prestação de serviços, o fortalecimento dos regimes previdenciários, a ampliação da cobertura e a garantia da equidade e proteção social.

Assim, ao promover o alinhamento das unidades técnicas à missão institucional e os resultados pretendidos, essa ferramenta de governança impulsiona a transição do MPS para uma gestão orientada por dados, na qual cada iniciativa é monitorada para assegurar que os recursos públicos se transformem em segurança social efetiva para a sociedade brasileira.



1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do MPS, restabelecida pela Lei nº 14.600/2023, reflete o compromisso estratégico com a proteção social e a sustentabilidade dos regimes previdenciários. Mais do que um arranjo administrativo, a arquitetura institucional foi desenhada para integrar a formulação de políticas à execução e fiscalização, assegurando maior eficiência para a administração pública.

O MPS exerce sua competência finalística por meio de suas secretarias centrais, que atuam em sinergia com as entidades vinculadas para cobrir os três pilares do sistema:

ARQUITETURA INSTITUCIONAL

SECRETARIA DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (SRGPS)

Atua na formulação e acompanhamento das políticas previdenciárias do Regime Geral, na atualização da legislação previdenciária, na supervisão da concessão de benefícios em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e na articulação com outros órgãos para assegurar a efetividade e a sustentabilidade da Previdência Social.

Ressalta-se também a capilaridade do Ministério, que é assegurada por unidades descentralizadas estratégicas: as Juntas de Recursos, as Divisões Regionais da Perícia Médica Federal e os Setores de Inteligência da Previdência Social.

SECRETARIA DO REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR (SRPC)

Responsável pela definição e acompanhamento das políticas dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e do Regime de Previdência Complementar, atuando na normatização, orientação, supervisão e fiscalização dos RPPS, na viabilização da compensação financeira entre regimes e no apoio à supervisão ministerial da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

SECRETARIA-EXECUTIVA (SE)

Assessora o Ministro da Previdência Social na definição de diretrizes e na coordenação e supervisão dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, atuando na gestão administrativa, financeira, logística e de pessoas e nos sistemas federais, na formulação e no monitoramento das políticas e estratégias da previdência social, na inovação institucional, na captação de recursos, na proteção de dados pessoais e na prevenção e combate a fraudes.

EVOLUÇÃO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO

A recriação do Ministério da Previdência Social, pela Lei nº 14.600/ 2023 representou uma medida estratégica para o fortalecimento da gestão das políticas previdenciárias no Brasil, refletindo o compromisso do Estado com a proteção social e o bem-estar dos segurados e seguradas.

Desde sua reestruturação, o MPS tem empenhado esforços contínuos no aprimoramento da governança e na modernização da gestão. Em 2025, com a publicação do Decreto nº 12.671, de 14 de outubro de 2025, o MPS iniciou uma nova etapa de maturação institucional. Esse novo marco reflete o compromisso da pasta com a eficiência operativa e, primordialmente, com a garantia da proteção social para a população brasileira.

Dentre os principais avanços na estrutura organizacional, destacam-se:

Criação da Assessoria Especial de Monitoramento de Políticas Públicas: unidade com a finalidade acompanhar, supervisionar e avaliar, de forma contínua, a execução das políticas públicas previdenciárias pelas entidades vinculadas, assegurando transparência, efetividade, prestação de contas e melhoria contínua dos resultados institucionais.

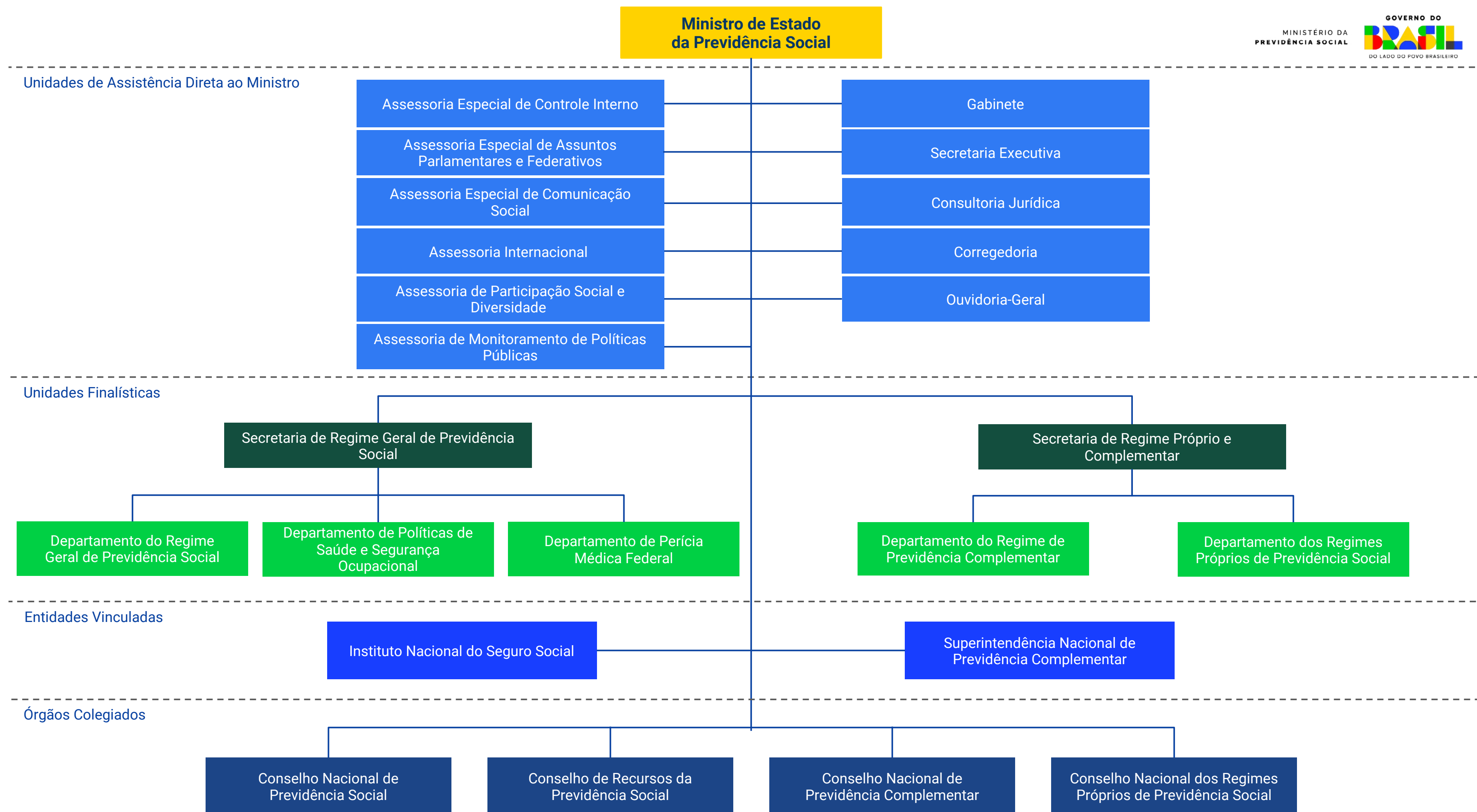
Fortalecimento das áreas de Estratégia e Inteligência e das estruturas de assistência direta ao Ministro: tais medidas respondem à necessidade de aprimorar a governança institucional, assegurar a efetividade das políticas previdenciárias e proteger o sistema frente a riscos crescentes de fraudes e fragmentação de esforços.

A configuração atual da estrutura organizacional do MPS, desenhada para suportar esses objetivos, apresenta-se conforme o organograma ao lado.

EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E SERVIÇOS COMPARTILHADOS

O MPS integra o ColaboraGov, conforme Decreto nº 11.837/2023. Por meio deste Centro de Serviços Compartilhados do MGI, as atividades de suporte — como gestão de pessoas, logística, orçamento e TI — são executadas sob padrões uniformes de qualidade. Essa medida permite que a estrutura do MPS concentre sua força de trabalho na formulação e supervisão das políticas previdenciárias, reduzindo custos operacionais e aumentando a transparência administrativa.





DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL

Durante o ano de 2025, o MPS priorizou ações de capacitação voltadas ao desenvolvimento profissional e pessoal com foco no desenvolvimento das competências de liderança e desempenho das equipes, habilidades comportamentais, competências socioemocionais e habilidades interpessoais.

Em alinhamento aos cuidados com a saúde mental e ao bem-estar das pessoas em sua rotina de trabalho e na vida pessoal, foram promovidas 12 palestras mensais voltadas ao propósito e a qualidade de vida com o Projeto do Movimento Vida360 em colaboração com a Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio do Colaboragov.

Ainda em 2025, o MPS fez adesão a dois processos seletivos para composição de turma de Pós-Graduação Lato Sensu ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública - Enap para:

- MBA em Gestão Pública EaD - 5ª edição (fase de inscrição dos aprovados): em que os agentes públicos serão capacitados para atuarem em processos de melhoria da administração pública no Brasil. O curso também incentiva a postura focada em resultados, colaborativa e transparente na construção de soluções de políticas públicas; e
- MBA em Pessoas, Liderança e Inovação (fase de seleção dos candidatos): estudo com um olhar voltado para a prática, a(o) estudante será capacitada(o) a atuar de forma estratégica e humanizada na gestão de pessoas, promovendo um ambiente de trabalho colaborativo, humanizado, ético e produtivo. Esse enfoque promove competências de liderança fortalece a autonomia a capacidade de tomada de decisão.

Esse enfoque promove competências de liderança, fortalece a autonomia, a capacidade de tomada de decisão e a habilidade de conduzir equipes de forma humanizada. Paralelamente, as iniciativas voltadas ao bem-estar institucional fomentam um ambiente mais saudável e motivador, resultando na redução do estresse e no aumento do engajamento. Tais medidas não apenas impulsionam o crescimento individual e coletivo, mas reforçam a cultura organizacional, estimulam a inovação e elevam o padrão de qualidade dos serviços prestados.

Como resultado prático dessa estratégia, as ações de desenvolvimento alcançaram um total de 2.145 agentes públicos capacitados, dos quais 302 participaram de modalidades presenciais e 1.843 de atividades remotas.



Foto: Getty Images

FORÇA DE TRABALHO

Em 2025, o MPS recebeu os servidores aprovados no Concurso Nacional Unificado - CNU das carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental-EPPGG; Analista Técnico de Políticas Sociais-ATPS e Analista em Tecnologia da Informação-ATI, especialidades imprescindíveis a composição de força de trabalho do quadro de pessoal do MPS para promover ações mais direcionadas às necessidades da Pasta. Também foram nomeados 400 candidatos aprovados no concurso da Perícia Médica Federal

Atualmente, o quadro de pessoal totaliza 4.770 de agentes públicos. Desconsiderando os afastados e em exercício em outro órgão, 4.734 compõem a força de trabalho dos agentes em exercício no órgão. Desses, 252 completaram o tempo para se aposentar.

Os servidores da carreira da Previdência, Saúde e Trabalho são ocupantes dos cargos de agente administrativo, agente de programas assistenciais, agente de portaria, agente de vigilância, datilógrafo, recreador, auxiliar operacional de serviços diversos, técnico de nível médio, técnico em comunicação social, analista de sistemas.

Quanto às lideranças, são 355 cargos e funções, sendo 303 ocupados por pessoas com vínculos (servidores de cargos efetivo ou empregados públicos) e 52 ocupantes de cargos comissionados (sem vínculo).

O custo anual da folha de pagamento é de R\$ 1.676.030.603,74.

DETALHAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL

3.569

carreira de perícia
médica federal;

534

conselheiros

12

estagiários

347

servidores de outros
órgãos, cedidos ou
requisitados

23

servidores de outros
órgãos, com alteração
de exercício para compor
força de trabalho do MPS

48

em exercício descen-
tralizado das carreiras
de Analistas Técnicos
de Políticas Sociais
(ATPS), Especialista
em Políticas Públicas e
Gestão Governamental
(EPPGG), Analista
em Tecnologia da
Informação (ATI),
Administrador e
Contador;

150

servidores da carreira
da Previdência, Saúde e
Trabalho.

1.3. AMBIENTE EXTERNO

O Ministério da Previdência Social (MPS) opera em um cenário de transformações estruturais que impactam diretamente sua capacidade de gerar valor público. A Previdência, como guardiã dos direitos sociais, atua na mitigação de riscos ao longo de todas as etapas da vida — desde o suporte em enfermidades e maternidade até a garantia de subsistência na invalidez e velhice. No entanto, a eficácia dessa proteção é condicionada por fatores demográficos, econômicos e legais que exigem uma governança adaptativa e resiliente, dentre os quais destacam-se:

- **Fatores demográficos:** O Brasil enfrenta mudanças profundas na sua pirâmide etária. O envelhecimento populacional, impulsionado pela queda na natalidade e pelo aumento da expectativa de vida, reduziu progressivamente a proporção de pessoas em idade ativa. Em 2010, a população acima de 60 anos representava 12% do total; em 2024, esse índice atingiu 17%, com projeções de superar 30% até 2050. Essa transição demográfica acentua a pressão sobre o equilíbrio financeiro do sistema, transformando a sustentabilidade de longo prazo em uma prioridade central da gestão.

- **Mercado de trabalho e cobertura previdenciária:** A capacidade de financiamento do sistema está intrinsecamente ligada à formalização do trabalho. Atualmente, a cobertura previdenciária atinge aproximadamente 69,8% dos trabalhadores em idade ativa, o que deixa mais de 25 milhões de pessoas sem proteção. Este déficit é agravado pela informalidade, que supera 60% em determinadas regiões, dificultando a inclusão previdenciária.
- **Fraudes ao sistema previdenciário:** A sofisticação de fraudes e irregularidades constitui um risco crítico à fidedignidade do sistema e à confiança do cidadão. Para mitigar esse fator, a Força-Tarefa Previdenciária (FTP) atua de forma estratégica na repressão a ilícitos.

Diante deste ambiente complexo, o MPS desdobra sua atuação nos seus objetivos estratégicos, que foram desenhados para converter esses desafios em valor para a sociedade. A resposta institucional ao contexto externo materializa-se em quatro eixos de resultado:

- Melhoria da qualidade na prestação de serviços para responder às demandas da digitalização;
- Fortalecimento dos regimes para assegurar a sustentabilidade frente ao envelhecimento;
- Ampliação da cobertura para reduzir o vácuo de proteção social causado pela informalidade;
- Garantia da equidade e proteção social, sustentada pelo combate rigoroso às fraudes.

1.4. METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE TEMAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A determinação dos temas centrais deste relatório fundamenta-se na análise de materialidade, que vincula os Objetivos Estratégicos do MPS aos resultados efetivamente entregues à sociedade.

Sob essa ótica, a seleção de conteúdos prioriza ações que impactam diretamente a melhoria da qualidade na prestação de serviços e benefícios, o fortalecimento dos regimes previdenciários (RGPS, RPPS e RPC), a ampliação da cobertura e do acesso, além da garantia da equidade e da proteção social. Esses eixos representam o valor público gerado pela pasta e servem como filtros para a consolidação das informações de desempenho apresentadas.

Ressalta-se que a relevância material desses eixos é evidenciada pelo impacto socioeconômico direto: em 2025, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) alcançou R\$ 978.030,5 milhões em pagamento de benefícios do RGPS no ano. Somaram-se a esse montante R\$ 42.281,8 milhões referentes ao pagamento de sentenças judiciais e R\$ 6.560,3 milhões

em despesas de compensações previdenciárias, totalizando R\$ 1.026.872,6 milhões. Já em relação ao Regime de Previdência Complementar (RPC), o foco recai sobre o fomento à expansão da cobertura e à sustentabilidade do sistema, que possui R\$ 3,2 trilhões ativos previdenciários privados (equivalente a 25% do PIB).

No âmbito dos Regimes Próprios (RPPS), a seleção de temas foca na atuação do Ministério junto aos entes federativos, priorizando a institucionalização de procedimentos que resguardem o patrimônio dos regimes e o direito dos servidores por meio da orientação e análise de conformidade. No ano de 2025, foram mais de 77 mil atendimentos aos entes com RPPS e mais de 22 mil certificações profissionais dos gestores de RPPS.

Já no âmbito da gestão interna, os temas são quantificados a partir do monitoramento de objetivos voltados à eficiência operacional e à integridade institucional. Isso inclui a mensuração da gestão efetiva de recursos públicos, o desenvolvimento e valorização de pessoas e o reforço dos mecanismos de combate à fraude e promoção da integridade. A avaliação desses temas permite verificar como o suporte administrativo e a mitigação de riscos contribuem para a proteção dos recursos previdenciários e para a sustentabilidade do sistema, assegurando que o suporte institucional esteja plenamente alinhado às metas finalísticas do PPA.

Em síntese, esse conjunto de dados permite uma análise clara sobre a capacidade do Ministério em converter suas estratégias em benefícios tangíveis, assegurando o equilíbrio financeiro e atuarial necessário para a manutenção dos direitos previdenciários da população brasileira.

CAPÍTULO 2 —————

Governança, estratégia e resultados



2.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A alta administração do Ministério da Previdência Social, representada pelo Ministro e pelos Secretários do Regime Geral de Previdência Social, Secretário do Regime Próprio e Complementar e Secretário Executivo, atua como instância diretiva, com o apoio das demais áreas de gestão.

Cabe a esse grupo definir, avaliar e monitorar a estratégia da política de previdência social, contando com o suporte de instâncias internas de apoio, como a Assessoria Especial de Controle Interno, a Corregedoria, a Comissão de Ética e a Ouvidoria-Geral, além de colegiados internos, como o Conselho Nacional de Previdência Social, o Conselho Nacional de Previdência Complementar e o Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social. Além disso, a estrutura de governança conta ainda com duas autarquias vinculadas: a Superintendência Nacional de Previdência Complementar e o Instituto Nacional do Seguro Social.



Foto: Edson Leal

Wolney Queiroz Maciel
Ministro de Estado da Previdência
Social



Foto: Liliana Soares

Benedito Adalberto Brunca
Secretário do Regime Geral de
Previdência Social



Foto: Liliana Soares

Paulo Roberto dos Santos
Pinto
Secretário do Regime Próprio
e Complementar



Foto: Edson Leal

Felipe Cavalcante e Silva
Secretário Executivo

A diretriz da alta gestão para o exercício de 2025 foi o fortalecimento da estrutura de governança do MPS por meio de ações estruturantes que elevaram o patamar de maturidade institucional e controle interno.

Durante o ano de 2025, foi elaborado o escopo da Política de Governança do MPS, que foi publicada no início de 2026.

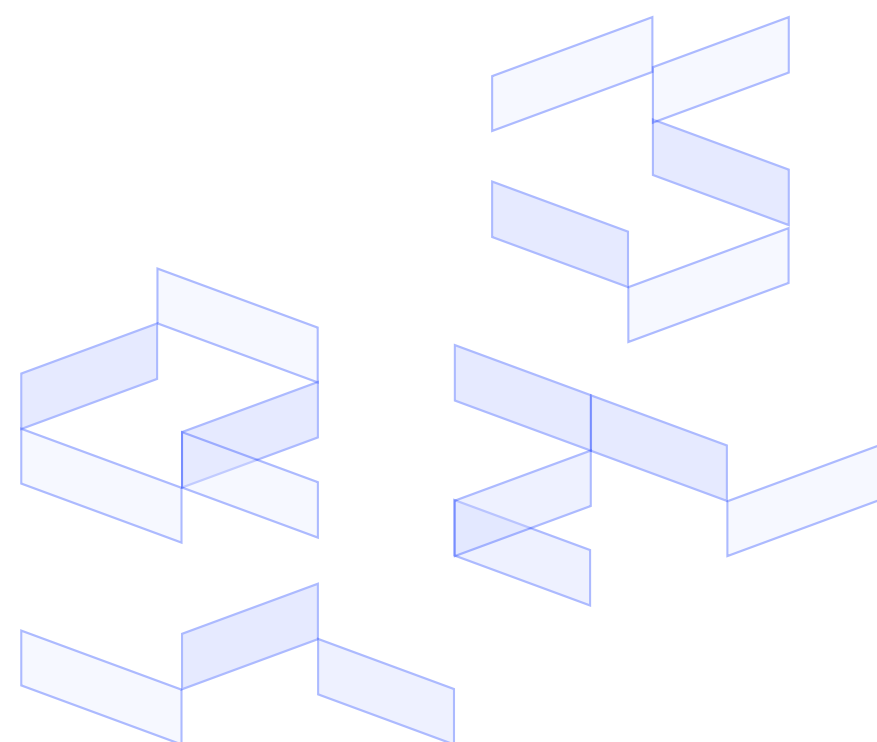
Ressalta-se que foi Instituído o Comitê de Controle Interno, nos termos da Portaria MPS nº 1.446, de 10 de julho de 2025, fortalecendo o papel da supervisão ministerial e governança, permitindo deliberação técnica sobre riscos, controles, integridade e conformidade administrativa entre o MPS e suas vinculadas.

O fortalecimento de instâncias como o Comitê de Controle Interno e o Sistema de Integridade, a pasta assegurou o alinhamento estratégico às diretrizes federais e às recomendações dos órgãos de controle. A articulação entre ética, gestão de riscos, transparência e atividade correcional fortaleceu a maturidade institucional, garantindo a efetividade das políticas previdenciárias e a proteção dos recursos da sociedade brasileira.

Essa estratégia permitiu a transição para um modelo de gestão mais preventivo e menos reativo, alinhando o MPS às melhores práticas de integridade e gestão de riscos preconizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Como reflexo desse amadurecimento, observou-se a redução de assimetrias informacionais entre as áreas finalísticas e uma qualificação expressiva no diálogo técnico com os órgãos de controle, assegurando que a governança atue como suporte direto à transparência e à eficiência das políticas previdenciárias.

Dentre as ações realizadas, destacam-se:

- A instituição do fluxo estruturado de tratamento das demandas de órgãos de controle, inicialmente por meio da Portaria MPS nº 2.334, de 19 de novembro de 2025, posteriormente modernizada pela Portaria MPS nº 19, de 5 de janeiro de 2026, criando mecanismos padronizados de triagem, distribuição, monitoramento e resposta, conferindo previsibilidade, rastreabilidade e padronização ao relacionamento institucional com TCU e CGU;
- O acompanhamento técnico e institucional de fiscalizações, auditorias e deliberações do TCU e da CGU, com controle de prazos, articulação com unidades gestoras, orientação técnica e harmonização de informações, o que elevou a qualidade das respostas e reduziu passivos históricos, incluindo o saneamento de Tomadas de Contas Especiais, que passou de mais de 362 processos para apenas 20 em fase de finalização ao término de 2025, representando avanço relevante na governança do passivo.



2.2. INTELIGÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

A sofisticação das organizações criminosas e os prejuízos bilionários decorrentes de fraudes contra a Previdência Social impõem ao Estado o desafio de consolidar uma estrutura permanente e especializada em inteligência previdenciária. Esse eixo de atuação é fundamental não apenas para a preservação financeira dos fundos, mas para a própria credibilidade e sustentabilidade da proteção social no Brasil.

Em 2025 a Inteligência da Previdência Social completou 27 anos de criação e 25 anos da Força-Tarefa Previdenciária, parceria consolidada entre o Ministério da Previdência Social e a Polícia Federal. O marco foi celebrado em um encontro Nacional para enaltecer uma trajetória pautada na defesa do patrimônio previdenciário.

Dentre as principais ações realizadas no ano de 2025, destacam-se:

- Elaboração de 510 Relatórios, que contribuem para a implementação de ações especiais no enfrentamento aos crimes organizados contra a Previdência Social.
- Continuidade de acordos de cooperação técnica com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF),

Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pernambuco (SDS/PE).

- Contato constante com órgãos parceiros, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Escola de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (ESINT/ABIN), Escola Superior de Guerra do Ministério da Defesa (ESG/MD), Centro de Inteligência da Marinha (CIM), Secretária Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJSP, Escola Superior de Defesa do Ministério da Defesa (ESD/MD), Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESISPERJ/SSINTE/SEPOL) e Escola de Inteligência Militar do Exército - EsIMEx, visando a capacitação especializada dos servidores em atuação na unidade, o que fortalece a qualificação técnica e consolida as bases para o intercâmbio de informações relevantes no combate à fraude. Este ano trinta e um servidores foram capacitados em diversas áreas de interesse da inteligência previdenciária.
- Cooperação técnica internacional com a União Europeia, realizada por meio da iniciativa iniciativa SOCIEUX+, com foco na estruturação do Laboratório de Pesquisa Estratégica.

Com a Força-Tarefa Previdenciária, foram realizadas, em 2025, 63 operações especiais e 15 ações de flagrante, com o cumprimento de 322 mandados judiciais, sendo 42 mandados de prisão, 5 de suspensão de atividade pública e 275 mandados de busca e apreensão. Como resultado da desarticulação de esquemas fraudulentos, estima-se que, em 2025, houve uma economia de R\$ 453,1 milhões em pagamentos futuros que deixaram de ser realizados, bem como a identificação de prejuízo estimado em, pelo menos, R\$ 302,5 milhões, considerados os valores sem juros ou correção monetária.

RESULTADOS OPERACIONAIS 2025



ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO EM REDES DE INTELIGÊNCIA

Nessa área, ressalta-se também a trajetória consolidada de participação nos principais fóruns nacionais dedicados à inteligência e ao enfrentamento da corrupção e da lavagem de dinheiro. O MPS integra o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) desde sua regulamentação, tendo sido formalmente reconhecido e enquadrado como órgão dedicado no âmbito do sistema em janeiro de 2025.

Nessa mesma linha de atuação estratégica, o MPS possui representação no Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), fórum que reúne mais de noventa entidades dos Três Poderes em todos os níveis federativos. Internamente, a Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária compõe o Comitê de Integridade da Previdência Social, onde participa ativamente de reuniões mensais e assumiu a responsabilidade direta por quatro ações previstas no Plano de Integridade 2025–2026.

2.3. ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

A estratégia do Ministério da Previdência Social consolidou-se em 2025 como o mecanismo central de governança pública, em estrita observância ao Decreto nº 9.203/2017. Ao estabelecer diretrizes, objetivos e critérios de priorização, o planejamento institucional assegura o alinhamento entre as unidades técnicas e as partes interessadas para o alcance dos resultados pretendidos.

Nesse contexto, a alteração da estrutura organizacional, com enfoque na Gestão Estratégica, visou consolidar uma cultura de planejamento institucional e monitoramento voltada a resultados. Essa mudança permitiu a identificação de gargalos e a proposição de soluções baseadas em dados, integrando o corpo técnico aos objetivos de longo prazo da pasta.

Como pilar fundamental dessa convergência, a aprovação do Mapa Estratégico Institucional proporcionou uma representação visual clara e integrada dos objetivos da organização. Para além da estruturação das ações, esta ferramenta qualifica a comunicação interna ao permitir que os servidores compreendam a correlação entre suas atividades individuais e a missão institucio-

nal, o que fortalece o engajamento e o senso de propósito. O Mapa facilita, ainda, a priorização de iniciativas, promovendo uma gestão mais eficaz e focada em resultados para a população brasileira.

Sendo assim, a etapa subsequente de amadurecimento do planejamento institucional foi a formalização dos instrumentos de execução. Por meio da Portaria MPS nº 777, de 31 de março de 2025, foi aprovado o Plano Estratégico Institucional (PEI) do MPS para o período de 2025 a 2026.

Este plano é composto por 43 iniciativas estratégicas (entre projetos e ações) que desdobram os 14 objetivos estratégicos da pasta, visando a melhoria da qualidade na prestação de serviços e benefícios; o fortalecimento dos Regimes de Previdência Social; a ampliação da cobertura e acesso à Previdência Social; e a garantia da equidade e da proteção social.

A execução coordenada dessas iniciativas reflete a capacidade operacional do Ministério em converter o planejamento normativo em entregas concretas. Ao monitorar sistematicamente cada projeto e ação, o MPS assegura que o esforço administrativo resulte em avanços mensuráveis na proteção social. A seguir, detalham-se os principais resultados alcançados em 2025, evidenciando o desempenho institucional em face dos objetivos estratégicos e o impacto direto das políticas previdenciárias na vida dos cidadãos.

2.4. RESULTADOS DO PPA

O Ministério da Previdência Social é responsável pela execução do Programa 2314 – Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania, integrante do Plano Plurianual 2024–2027, que tem como objetivo geral assegurar o acesso à Previdência Social, por meio do aprimoramento da prestação dos serviços, da ampliação da cobertura previdenciária, da promoção da equidade, do fortalecimento institucional e da sustentabilidade dos regimes previdenciários, visando à garantia da proteção social (Objetivo 1286).

No âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o Programa está orientado à geração de resultados que ampliem o bem-estar social, com ênfase na melhoria da eficiência administrativa e na tempestividade das decisões previdenciárias, especialmente quanto ao pagamento de benefícios dentro dos prazos legais. De forma complementar, contempla iniciativas voltadas à ampliação da base de contribuintes e segurados, medida fundamental para assegurar a sustentabilidade econômica, financeira e atuarial do sistema previdenciário brasileiro.

No que se refere ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a atuação prioriza o fortalecimento da gestão e da governança, com vistas à promoção do equilíbrio financeiro, econômico e atuarial dos entes federativos. Já no âmbito do Regime de Previdência Complementar (RPC), as ações concentram-se na expansão do volume de ativos — inclusive em relação à sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) —, na ampliação do número de participantes e dependentes protegidos, no estímulo à adesão de patrocinadores e instituidores e na redução de assimetrias regulatórias, buscando ampliar a cobertura e a proteção previdenciária.

Esse conjunto de diretrizes norteia a definição das metas e indicadores apresentados a seguir, que refletem os resultados alcançados no exercício de 2025.

RESULTADOS DO PROGRAMA 2314

No que se refere ao alcance das metas estabelecidas para o exercício de 2025, observadas as particularidades metodológicas e os prazos de disponibilização de dados de determinados indicadores, apresentam-se a seguir os principais resultados, organizados por objetivo específico.

A- PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (OBJETIVO ESPECÍFICO 0155)

REDUÇÃO DO TEMPO MÉDIO DE DECISÃO DOS REQUERIMENTOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Em 2025, a meta de reduzir para 44 dias o tempo médio de decisão dos requerimentos de benefícios previdenciários não foi alcançada, tendo o INSS registrado média de 62 dias em dezembro. O resultado foi influenciado pelo aumento da demanda, ampliação do estoque de processos dependentes de perícia médica, redução do efetivo nas Centrais de Análise, atraso na edição da MP nº 1.296/2025 (que instituiu o Programa de Gerenciamento de Benefícios – PGB) em razão da demora na aprovação da LOA 2025, paralisação do PGB em outubro por restrições orçamentárias, ajustes sistêmicos decorrentes de mudanças legislativas, instabilidades no SIBE (especialmente em julho e outubro) e pelos impactos da Operação Sem Desconto no segundo semestre. Diante de restrições estruturais e conjunturais, as medidas adotadas mitigaram parcialmente os efeitos observados, mas foram insuficientes para o cumprimento integral da meta no exercício.

AMPLIAÇÃO DA CONCLUSÃO AUTOMÁTICA DOS REQUERIMENTOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.

A meta de ampliar para 23% a concessão automática de benefícios previdenciários foi superada, com o INSS alcançando 24% de automação, mesmo diante dos desafios decorrentes da obrigatoriedade de validação biométrica instituída pelo Decreto nº 12.561/2025 e pela Portaria Conjunta MGI/MDS/MPS nº 76/2025. As novas exigências normativas demandaram ajustes nos fluxos sistêmicos, integrações com bases biométricas e mecanismos de análise automatizada. O resultado foi viabilizado por investimentos na melhoria das regras de negócio, no fortalecimento das validações sistêmicas, na revisão de exceções operacionais e no aprimoramento da comunicação entre sistemas, evidenciando a capacidade de adaptação institucional e consolidando a automação como eixo estratégico para maior eficiência e segurança nas decisões.

AMPLIAÇÃO DO PERCENTUAL DE SEGURADOS REABILITADOS

Em 2025, o INSS adotou medidas para ampliar a reabilitação profissional, como a criação da Central Especializada de Análise de Benefícios em fase de Reabilitação Profissional (CEAB-RP), a expansão de automações e o fortalecimento do suporte técnico. Foram reabilitados 7.059 segurados, crescimento de 6,5% em relação a 2024 e equivalente a 94% da meta repactuada. Ainda assim, o percentual de segurados reabilitados foi de 10,20%, abaixo da meta de 20%.

**REDUÇÃO DO TEMPO MÉDIO DE ESPERA PARA O
AGENDAMENTO DA PERÍCIA MÉDICA**

Em 2025, a meta de reduzir o Tempo Médio de Espera para o Agendamento da Perícia Médica (TMEA-PM) para 30 dias não foi alcançada, tendo o indicador atingido 66,30 dias em dezembro. O resultado ocorreu em contexto de aumento da demanda, com 10.831.044 atendimentos periciais realizados em 2025, frente a 9.624.832 em 2024, além da insuficiência da força de trabalho da Perícia Médica Federal, agravada pelos efeitos do movimento grevista entre agosto de 2024 e abril de 2025. Embora tenha sido realizado concurso público, com nomeações a partir de julho de 2025, os impactos são graduais. Ainda assim, foram mantidas e ampliadas medidas de mitigação, como priorização da análise documental, expansão da teleperícia e implementação do Programa de Gerenciamento de Benefícios.

**AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE UNIDADES
COM ATENDIMENTO PERICIAL POR MEIO DA
TELEMEDICINA**

Para 2025, a meta estabelecida foi a ampliação para 347 unidades com atendimento pericial por meio da telemedicina. Em 31 de dezembro de 2025, o número de unidades com agenda de atendimento na modalidade de Perícia Conectada alcançou 379, superando a meta prevista.

**B- AMPLIAÇÃO DA COBERTURA PREVIDENCIÁRIA, COM
ENFOQUE NA EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, PARA PROTEÇÃO
DO CIDADÃO (OBJETIVO ESPECÍFICO 0104):****AMPLIAÇÃO DO PERCENTUAL DA POPULA-
ÇÃO OCUPADA EM IDADE ATIVA INSERIDA EM
ALGUM REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

A cobertura previdenciária em 2024 foi de 70,3%. Esse indicador é apurado anualmente com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Dessa forma, os dados referentes a 2025 estarão disponíveis apenas ao final de 2026. Para o exercício de 2025, está prevista a elevação da cobertura previdenciária para 70,79%.

**AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS
INFORMADAS SOBRE DIREITOS E DEVERES
PREVIDENCIÁRIOS**

Em 2025, a meta de divulgar informações previdenciárias a 412 mil pessoas foi amplamente superada, alcançando 1,3 milhão pessoas informadas, o equivalente a aproximadamente 300% do previsto, resultado impulsionado pela intensificação da divulgação de conteúdos educacionais em mídias digitais, como Instagram, YouTube e rádios locais, em FM e transmissões online. Ao final do exercício, os resultados evidenciam avanços relevantes em indicadores estratégicos, embora persistam desafios estruturais que impactaram o cumprimento integral de algumas metas, fundamentando a consolidação das principais entregas do Programa.

C- FOCO NA PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE E NA REDUÇÃO DO TEMPO DE JULGAMENTO DAS DECISÕES RECURSAIS (OBJETIVO ESPECÍFICO 0106)

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE DECISÕES RECURSAIS, COM INCREMENTO DA PRODUTIVIDADE DOS CONSELHEIROS

Em 2025, a meta de 160 decisões recursais por conselheiro não foi atingida, alcançando-se média mensal de 115. O resultado foi impactado pela falta e rotatividade de pessoal, que afetaram a capacidade operacional do CRPS. Para mitigar os efeitos, o MPS adotou ações de capacitação, padronização e planejamento de sucessão, além de priorizar processos mais antigos e implementar travas processuais para melhorar o controle de prazos e acelerar os julgamentos.

REDUÇÃO DO TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO RECURSAL E DO ÍNDICE DE REFORMAS DAS DECISÕES

Em 2025, o Tempo Médio de Tramitação de Recursos Ordinários (TMTRO) foi de 183 dias, levemente acima da meta de 180 dias, mantendo-se, contudo, próximo ao patamar estabelecido e refletindo esforço contínuo na promoção da celeridade processual.

Já o Índice de Reforma das Decisões do CRPS passou por estudos que demonstraram inconsistências na forma de cálculo do indicador, corrigidas para o próximo ano.

D- FOMENTO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, COM AMPLIAÇÃO DA COBERTURA E DA GARANTIA DA PROTEÇÃO SOCIAL AOS PARTICIPANTES (OBJETIVO ESPECÍFICO 0048):

ELEVAÇÃO DO MONTANTE DE ATIVOS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Em 2025, o volume de ativos das entidades de previdência complementar apresentou desempenho superior ao inicialmente projetado. Enquanto a estimativa para o exercício era de R\$ 2,98 trilhões, o setor encerrou o terceiro trimestre com um montante de R\$ 3,17 trilhões em ativos, considerando conjuntamente as entidades fechadas e abertas. O resultado evidencia a solidez do setor e sua capacidade de crescimento mesmo em um contexto econômico desafiador.

AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DO SEGMENTO FECHADO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

No que se refere à cobertura do segmento fechado de previdência complementar, o indicador apurado alcançou 3,87%, situando-se ligeiramente abaixo da meta estabelecida de 4,02% para 2025, o que corresponde a

96,3% do valor pactuado. Considerando que os dados populacionais das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) são atualizados apenas em base anual e que a posição final de 2025 ainda não se encontra disponível, o cálculo foi realizado com base na comparação entre os dados de dezembro de 2024, que indicam uma população de 3.942 mil participantes das EFPC em relação a uma população ocupada de 101.832 mil pessoas.

No período compreendido entre 2022 e 2024, a população vinculada às EFPC apresentou crescimento de 2,87%. No mesmo intervalo, entretanto, a população ocupada no país registrou expansão de 4,42%. Esse desempenho expressivo do mercado de trabalho impactou o indicador de cobertura, ao ampliar o denominador do cálculo, influenciando o resultado observado para o exercício.

E- FORTALECIMENTO DA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (OBJETIVO ESPECÍFICO 0124):

AMPLIAÇÃO DO PERCENTUAL DE RPPS COM CLASSIFICAÇÃO "A" E "B" NO ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ISP)

Para 2025, foi estabelecida a meta de alcançar 29,15% de RPPS classificados nas categorias "A" e "B" do Índice de Situação Previdenciária (ISP). Contudo, após reformulação metodológica do indicador — destinada a corrigir distorções que favoreciam entes com prestação inadequada de informações —, o percentual apurado em 4 de dezembro de 2025 foi de 23,01%. Embora a nova metodologia confira maior fidedignidade ao ISP, ela inviabiliza a comparação direta com exercícios anteriores, inclusive com 2024, quando 39% dos RPPS estavam nessas classificações.

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE RPPS COM CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Em 2025, a meta de certificar 17.000 profissionais que atuam nos RPPS foi amplamente superada, alcançando-se 22.622 profissionais certificados em 22 de dezembro de 2025. O resultado reflete as ações de estímulo à profis-

sionalização e ao fortalecimento da governança dos regimes, com destaque para a atuação do DRPPS em eventos institucionais e para iniciativas voltadas ao incentivo à certificação de gestores e demais profissionais da administração previdenciária.

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE RPPS COM CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL NO PROGRAMA PRÓ-GESTÃO RPPS

Em 2025, a meta de alcançar 280 Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) com certificação institucional no âmbito do Pró-Gestão RPPS foi superada, totalizando 296 regimes certificados em 22 de dezembro. O resultado foi impulsionado por ações de incentivo à certificação e pelo projeto de intercâmbio técnico entre entes federativos e órgãos de fiscalização, que promove o compartilhamento de boas práticas com acompanhamento da Comissão de Credenciamento e Avaliação.

Destacam-se ainda as parcerias com os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, que têm incentivado a adesão ao Programa, o qual acumulou 678 adesões voluntárias em 2025.

PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2025

AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO PERICIAL POR MEIO DA TELEMEDICINA

AUMENTO EXPRESSIVO DO NÚMERO DE PESSOAS INFORMADAS SOBRE OS DIREITOS E DEVERES RELACIONADOS A PREVIDÊNCIA SOCIAL

ELEVAÇÃO DO MONTANTE DE ATIVOS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA A 3,942 MILHÕES DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS PELAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, QUE PAGARAM R\$ 98,3 BILHÕES EM BENEFÍCIOS

AVANÇO NA POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PARA SERVIDORES PÚBLICOS DOS ENTES SUBNACIONAIS

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE RPPS COM CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL COM CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DO PRÓ-GESTÃO RPPS

2.5 RESULTADOS NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

BASE NORMATIVA, ANALÍTICA E INFORMACIONAL

Em 2025, o MPS atuou no fortalecimento da base normativa, analítica e informacional do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com vistas à melhoria contínua da qualidade da prestação dos serviços e benefícios previdenciários à sociedade.

Nesse contexto, destaca-se a atuação no processo de formulação e aperfeiçoamento normativo que resultou na publicação da Medida Provisória nº 1.296, de 15 de abril de 2025, posteriormente convertida na Lei nº 15.021, de 9 de setembro de 2025, que instituiu o Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB). A medida teve como finalidade ampliar a capacidade operacional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Departamento de Perícia Médica Federal (DPMF), viabilizando a realização das reavaliações de benefícios previdenciários e assistenciais e contribuindo para a redução de despesas decorrentes do pagamento de juros moratórios e correção monetária associados à demora na análise de requerimentos.

A instituição do PGB integrou um conjunto de soluções adotadas pelo Ministério da Previdência Social voltadas ao aprimoramento dos processos de trabalho, ao incremento da eficiência administrativa e à melhoria da efetividade dos serviços prestados

à população, especialmente no cumprimento do cronograma definido pela Administração em Plano de Ação relativo às reavaliações de benefícios por incapacidade temporária e permanente, com impacto orçamentário positivo para a Previdência Social.

Paralelamente, o MPS manteve e aprimorou a produção de informações estatísticas estruturantes do RGPS, por meio da elaboração e divulgação do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e dos Boletins Estatísticos da Previdência Social (BEPS), estes últimos publicados mensalmente ao longo do exercício. Esses produtos ampliam a transparência e o acesso da sociedade às informações previdenciárias, qualificam o monitoramento do sistema e subsidiam a formulação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas, contribuindo para decisões mais informadas e para o aprimoramento contínuo da qualidade da prestação dos serviços e benefícios previdenciários.

Em síntese, as ações desenvolvidas reforçaram a governança do RGPS, promovendo maior previsibilidade normativa, melhor base informacional e condições mais favoráveis para a prestação de serviços previdenciários de forma eficiente, tempestiva e alinhada ao interesse público.

AÇÕES VOLTADAS À AMPLIAÇÃO DA COBERTURA PREVIDENCIÁRIA

Foram executadas ações orientadas por diagnósticos estatísticos e análises técnicas produzidas com base em dados da PNAD Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e em registros administrativos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que subsidiam a formulação, o acompanhamento

e a avaliação das políticas públicas no âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Os indicadores mais recentes apontam que, em 2024, a taxa de cobertura da população ocupada de 16 a 59 anos atingiu 70,3%, mantendo estabilidade em relação a 2023, enquanto a cobertura previdenciária e assistencial da população idosa alcançou 82,8%, com leve crescimento. As análises evidenciam a persistência de um contingente relevante de trabalhadores sem proteção previdenciária, com maiores níveis de desproteção entre pessoas negras, trabalhadores de baixa renda e menor escolaridade, residentes nas regiões Norte e Nordeste, bem como entre trabalhadores por conta própria, o que orienta a priorização das ações de educação e inclusão previdenciária.

Nesse contexto, o Programa de Educação Previdenciária (PEP) constitui o principal instrumento de disseminação de informações sobre direitos, deveres e formas de acesso à proteção previdenciária. As ações desenvolvidas incluem palestras presenciais, cursos na modalidade a distância (EAD), lives informativas e formação de disseminadores, com foco no esclarecimento sobre filiação, contribuição e utilização dos serviços do INSS.

De forma complementar às ações educativas, o Ministério da Previdência Social acompanha e apoia, no âmbito da formulação e do monitoramento de políticas públicas, a execução da iniciativa INSS em Ação, voltada à ampliação e interiorização do atendimento previdenciário e assistencial. Desde sua criação, em julho de 2025, a iniciativa realizou 25.595 atendimentos nas regiões Norte e Centro-Oeste, por meio de mutirões itinerantes. Em 2025, foram promovidas 141 ações em 125 municípios, distribuídos em 11 estados, com a atuação de equipes multiprofissionais do INSS, realizando atendimentos presenciais sem necessidade de agendamento prévio, contribuindo para a redução de barreiras geográficas e institucionais de acesso aos serviços previdenciários.



Foto: Edson Leal

Ainda no âmbito da atuação territorial, destacam-se as ações realizadas por cinco unidades flutuantes do INSS, conhecidas como PREVBarcos, que, em 2025, atenderam mais de 115 mil pessoas em mais de 100 municípios da Região Norte. Essas iniciativas ampliam o alcance do atendimento previdenciário em áreas ribeirinhas e de difícil acesso, reforçando a presença institucional do Estado em territórios historicamente menos assistidos.

FORTALECIMENTO DA PERÍCIA MÉDICA FEDERAL E EXPANSÃO DO ATENDIMENTO

Em fevereiro de 2025, após um intervalo de mais de dez anos, o MPS realizou um novo concurso público para o provimento de cargos de Perito Médico Federal. Com a nomeação de cerca de 500 novos servidores em agosto de 2025, o atendimento ao cidadão foi reforçado em 235 municípios, incluindo localidades que há anos não dispunham de assistência presencial.

A distribuição desses novos profissionais priorizou as regiões com maiores vazios assistenciais, sendo 268 peritos destinados à Região Nordeste, 162 para as regiões Norte e Centro-Oeste, 39 para a Região Sudeste e 31 para

a Região Sul. Com esse incremento, a força de trabalho atual totaliza quase 4 mil peritos e peritas, que atuam de forma presencial ou remota em mais de mil unidades do INSS.

Além disso, essa estrutura é potencializada por parcerias estratégicas com municípios, defensorias públicas e tribunais de justiça estaduais, ampliando significativamente a capilaridade e a eficiência da proteção previdenciária em todo o país.

PERÍCIA CONECTADA

A Perícia Conectada consolidou-se em 2025 como uma ferramenta de democratização do acesso aos direitos previdenciários e assistenciais. Por meio da telemedicina e videoconferência, o programa permite que segurados e seguradas sejam avaliados remotamente por peritos em outras localidades.

O projeto experimentou um crescimento exponencial no exercício de 2025. O que se iniciou no ano anterior com apenas 30 unidades, encerrou dezembro de 2025 com o sistema instalado e operacional em 554 municípios de todas as regiões do país.

Destaca-se que o programa beneficiou diretamente 208.739 cidadãos, que puderam realizar suas avaliações perto de suas residências, em localidades como São Gabriel da Cachoeira (AM), Oiapoque (AP) e Guajará-Mirim (RO). Essa interiorização evitou deslocamentos onerosos e exaustivos para grandes centros urbanos onde até então se fixava as unidades com perícia médica com atendimentos presencial.

Ainda, a implementação da Perícia Conectada resultou em reduções drásticas nos tempos de espera. Em regiões como Sinop (MT), onde o represamento de demandas gerava esperas de até 280 dias, a introdução do modelo remoto — exemplificada pela unidade de Juína (MT) — reduziu o prazo para 30 dias, elevando significativamente o padrão de eficiência do atendimento.

A tecnologia da telemedicina potencializou a escala dos atendimentos extraordinários em dias não úteis (nos chamados mutirões). Em agosto de 2025, o Ministério alcançou um marco histórico com o atendimento de 36,4 mil pessoas em um único mês, recorde absoluto desde o início dos registros em 2023. Essa infraestrutura permitiu a realização de operações de alta materialidade em parceria com municípios, focando em regiões outrora não priorizadas:

- Cacoal (RO): Atendimento de quase 1,5 mil pessoas em apenas dois dias (agosto/2025).
- Almenara (MG): Aproximadamente 1,3 mil segurados atendidos, beneficiando o Vale do Jequitinhonha e 32 municípios do entorno (novembro/2025).
- Maceió (AL): Em uma operação logística complexa em outubro de 2025, o MPS mobilizou mais de 40 salas de atendimento remoto simultâneo, atendendo cerca de 3 mil pessoas que enfrentavam distâncias de até 300 km para acessar o serviço.



Foto: Luiz Saldanha

ALCANCE DA PERÍCIA MÉDICA FEDERAL

O alcance da Perícia Médica Federal em 2025 é evidenciado por indicadores que refletem o aumento da capacidade operacional e o compromisso com a redução das filas. Dentre as principais entregas, destacam-se:

- Volume recorde de atendimento, impulsionado pelo Programa de Gestão de Bônus (PGB): foram 10.514.735 atendimentos.
- Mais de 5 milhões de atendimentos médico periciais na modalidade documental, uma evolução onde através do ATESTMED, o cidadão requerer o seu benefício e dentro dos parâmetros de validação do documento este era concedido, retirando esses requerentes das filas pelo atendimento presencial;
- Foram 178.094 pessoas atendidas nos mutirões realizados (ações extras em fins de semana e dias não úteis). Esse número é 3,7 vezes maior do que o atingido em 2024 (47.634) e 12,5 vezes maior do que o realizado em 2023 (14.296).

AÇÕES VOLTADAS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

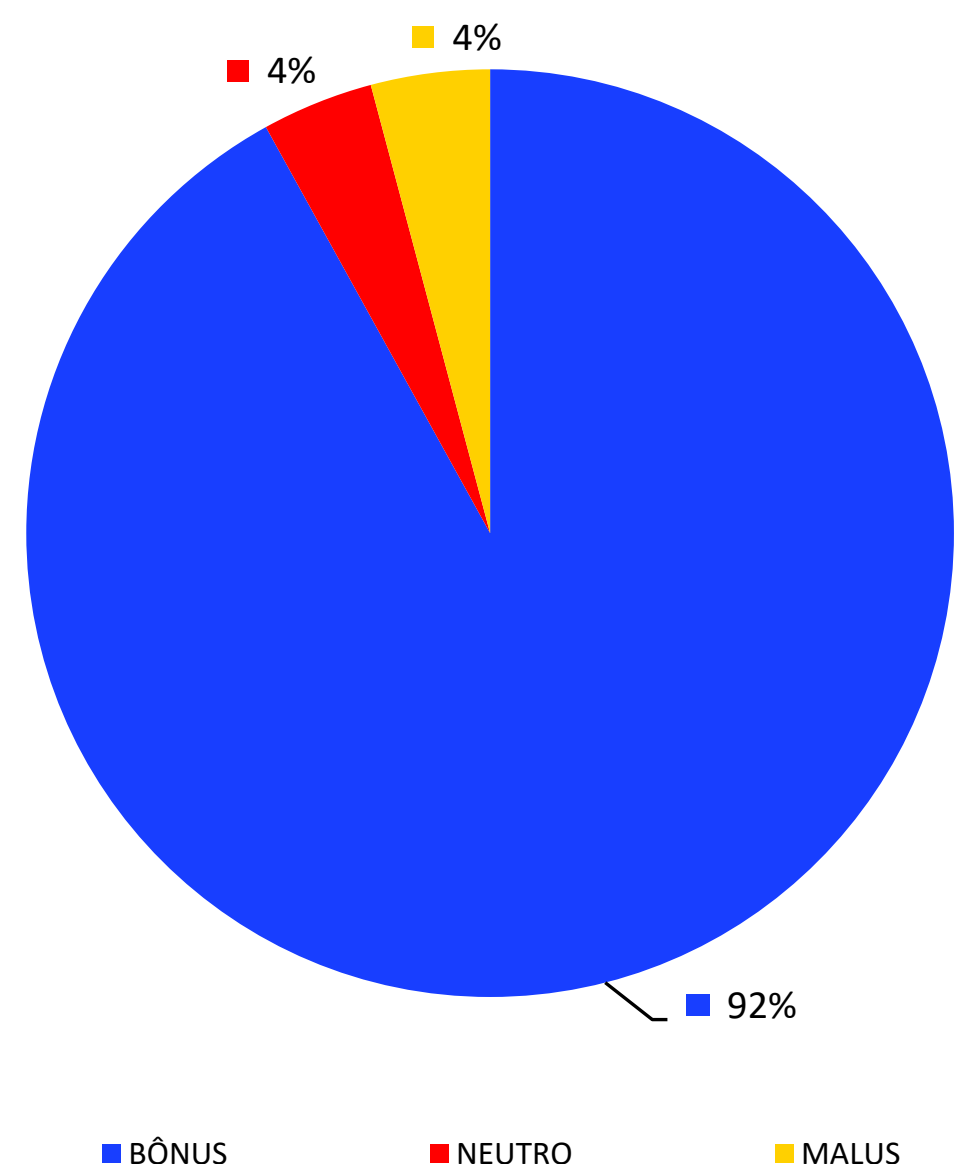
As ações focaram em modernizar a gestão, tornar os dados estatísticos mais transparentes e fortalecer o diálogo tripartite (governo, empregadores e trabalhadores), para reduzir riscos no ambiente de trabalho e o adoecimento relacionado ao contexto. Dentre as principais ações, destacam-se:

- Início do processo de atualização dos instrumentos de reconhecimento da natureza acidentária das incapacidades (Listas A, B e C do Decreto nº 3.048/1999);
- Elaboração mensal do Boletim Estatístico Mensal de Benefícios por Incapacidade (BEMBI);
- Formulação da proposta da política de Reabilitação Profissional, conforme Portaria MPS Nº 777, de 31 de março de 2025;
- Acompanhamento da avaliação da Reabilitação Profissional no Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) e elaboração do plano de ação para o cumprimento das recomendações. A avaliação encontra-se disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas/conselho-de-monitoramento-e-avaliacao-de-politicas-publicas-cmap/avaliacoes/servico-de-reabilitacao-profissional>;
- Ações de modernização da infraestrutura de sistema do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) iniciadas em 2023, que tonaram a interface mais amigável para o acesso.

A publicação da Portaria Interministerial MPS/MF nº 10, de 10 de setembro de 2025, no Diário Oficial da União, disponibilizou os percentuais de frequência, gravidade e custo das atividades econômicas calculados em 2025, bem como o FAP com vigência em 2026, cujo cálculo é executado pelo DPSSO. Assim, o FAP 2025 (vigência 2026) foi calculado num universo de 3.635.230

estabelecimentos (CNPJs Completos). Desses, 3.343.332 (92%) obtiveram bônus (FAP < 1,0000); 141.328 estabelecimentos (4%) ficaram neutros e 150.570 (4%) tiveram aumento (FAP > 1,0000).

DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS POR FAIXA DO FAP 2025



Fonte: Resultado do cálculo do FAP 2025 - Vigência 2026, realizados pela CGSAT e publicados na Portaria Interministerial MPS/MF nº 10, de 10 de setembro de 2025.

Ainda, em relação às normativas, o MPS esteve presente nas discussões sobre as Normas Regulamentadoras (NRs) pela Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), sendo elas:

- NR 01 (Disposições gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais);
- NR 04 (Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho);
- NR 10 (segurança em Instalações elétricas e serviços em eletricidade);
- NR 11 (Transporte, Manuseio e Armazenamento de Materiais);
- NR 16 (Atividades e Operações Perigosas);
- NR 18 (Segurança e Saúde no Setor da Construção) e
- NR 38 (segurança e saúde no trabalho nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos).

2.6. RESULTADOS DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

A atuação do MPS junto aos Regimes Próprios em 2025 consolidou uma estratégia baseada em orientação e conformidade. O Ministério adotou governança ativa para promover a sustentabilidade atuarial e a profissionalização da gestão nos entes federativos. Com iniciativas como o Pró-Gestão e o novo Pró-Regularidade, o MPS incentivou a autorregulação e a transparência, transformando obrigações legais em ferramentas para melhorar a administração e proteger os servidores públicos nesses regimes.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA

Entre as ações relacionadas ao Programa Pró-Gestão RPPS, além das iniciativas voltadas ao incentivo às certificações, destaca-se o projeto de intercâmbio técnico entre entes federativos e os órgãos de fiscalização e controle, que visa fomentar o compartilhamento de experiências e boas práticas.

O intercâmbio técnico visa a troca de experiências entre entes que possuem o selo da certificação no Pró-Gestão e entes que buscam a certificação. O projeto terá o acompanhamento da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão. As colaborações com os Tribunais de Contas estaduais e municipais, cujos representantes também integram as comissões, têm estimulado e sugerido aos órgãos a participação e certificação no Programa. O Pró-Gestão acumulou, em 2025, 678 adesões voluntárias:

A Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS, programa do Governo Federal criado em 2015 para incentivar a adoção de melhores práticas de gestão, governança e transparência dos RPPS, realizou diversas iniciativas voltadas ao incentivo às certificações desses regimes que aderem voluntariamente ao Programa. Foram promovidas palestras e atendimentos personalizados aos entes durante eventos organizados por associações de RPPS e Tribunais de Contas. Nessas ocasiões, foram apresentadas as atualizações e melhorias da nova versão do Manual de Certificação do Programa, além de orientações práticas sobre como implementar as ações necessárias para alcançar as boas práticas de gestão e obter a certificação.

A Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS, programa do Governo Federal criado em 2015 para incentivar a adoção de melhores práticas de gestão, governança e transparência dos RPPS, realizou diversas iniciativas voltadas ao incentivo às certificações desses regimes que aderem voluntariamente ao Programa. Foram promovidas palestras e atendimentos personalizados aos entes durante eventos organizados por associações de RPPS e Tribunais de Contas. Nessas ocasiões, foram apresentadas as atualizações e melhorias da nova versão do Manual de Certificação do Programa, além de orientações práticas sobre como implementar as ações necessárias para alcançar as boas práticas de gestão e obter a certificação.

EVOLUÇÃO DO PRO-GESTÃO RPS EM 2025

MÊS	ADESÕES	CERTIFICAÇÕES	RENOVAÇÃO
Total acumulado até 2025	626	253	124
Jan/2025	1	7	8
Fev/2025	6	1	4
Mar/2025	2	4	7
Abr/2025	12	6	7
Mai/2025	31	2	1
Jun/2025	5	1	10
Jul/2025	8	7	5
Ago/2025	2	1	6
Set/2025	10	8	4
Out/2025	6	4	2
Nov/2025	-	5	4
Dez/2025	6	7	9
Total acumulado até 2025	678*	296**	162***

* excluídas as adesões vencidas que não tiveram certificação

**Excluídas as certificações que venceram sem que o ente tenha renovado

Fonte: Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

PRÓ-REGULARIDADE RPPS

Criado em 2025, o Programa de Regularidade Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Regularidade) do Governo Federal visa possibilitar aos entes federativos, que se encontram em dificuldades para obter e manter o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP emitido de forma administrativa, estruturar seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS de acordo com as normas gerais, promover o equilíbrio financeiro e atuarial e celebrar parcelamento de débitos conforme as regras da Emenda Constitucional nº 136/2025.

A partir de sua instituição, em 15 de outubro de 2025, com a publicação da Portaria MPS nº 2.010, 24% dos entes com pendências em seus Certificados de Regularidade Previdenciária – CRP já aderiram ao Programa.

PROGRAMA DE CONFORMIDADE

A Portaria MTP nº 1.467, de 2022, possibilitou a criação de um Programa de Conformidade, que, a partir do Pró-Regularidade RPPS, foi incluído na fase de conformidade, a fim de proporcionar aos entes a manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, que preliminarmente será concedido de modo emergencial. Está previsto que o ente mantenha o CRP de forma administrativa, mediante certificação no Pró-Gestão RPPS. As palavras de ordem do Programa de Conformidade são cooperação e diálogo. O Programa visa incentivar a autorregulização, pelos entes federativos, por meio da adoção de providências necessárias ao cumprimento das obrigações e a implementação de boas práticas de gestão previdenciária, priorizando o caráter orientador da supervisão e a cooperação do Ministério da Previdência Social em relação aos RPPS.

CERTIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE RPPS

Em 2025, a Comissão de Certificação dos Profissionais de RPPS lançou nova versão do Manual de Certificação, que trouxe melhorias significativas e novas modalidades de certificação, visando ampliar as possibilidades de busca pela qualificação para promoção de uma gestão mais eficiente e transparente. Essas iniciativas foram reforçadas por meio da participação em eventos, incluindo a atuação de membros da comissão em bancas avaliadoras de prêmios promovidos por associações nacionais, as quais têm como propósito incentivar e orientar os gestores na adoção de boas práticas e governança. Em dezembro de 2025 foi alcançada a soma de 22.622 profissionais de RPPS certificados na nova certificação, superando a meta proposta pelo PPA de 17 mil certificados emitidos pela nova certificação, em vigor em 01/04/2022.

Houve um incremento de 7.368 certificações em relação a 2024. Um aumento de 48% de profissionais certificados.

Destaca-se também a inclusão do artigo 8º-B na Lei nº 9.717/1998 estabeleceu a obrigatoriedade de qualificação de dirigentes e membros dos conselhos dos RPPS para exercerem suas funções. Para alcançar essa finalidade, a norma exige formação superior e experiência profissional, além da certificação específica em previdência realizada por entidades certificadoras previamente credenciadas pela Comissão de Certificação dos Profissionais dos RPPS.

Além disso, esses agentes devem comprovar idoneidade por meio da apresentação de antecedentes criminais sem restrições e autodeclaração de não enquadramento nas vedações previstas na Lei Complementar nº 64.

NÚMEROS DA CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM DEZEMBRO/25

CARGO/FUNÇÃO PARA O QUAL O PROFISSIONAL ESTÁ HABILITADO	Total
Dirigentes -DIRIG	5.755
Membros de Conselhos Deliberativos e Fiscal- CODEF	10.021
Gestor de Aplicações Financeiras e Membros de Comitês de Investimentos-CGINV	6.846
TOTAIS ATÉ 22/DEZ/2025	22.622

Fonte: Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO FISCAL

Em 2025, foram implementadas novas ações de Acompanhamento Fiscal dos RPPS, que consistem na produção de informações gerenciais de natureza pública para destinatários específicos, a partir do preparo e análise de dados relativos a RPPS, constantes de fontes mantidas pelo Ministério da Previdência Social e por outras áreas federais, quanto ao cumprimento das normas de organização, funcionamento, transparência, conformidade, situação financeira e atuarial e à observância de outros aspectos que possam se constituir em riscos, ainda que potenciais, à sustentabilidade daqueles sistemas.

Essas ações foram desenvolvidas por Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, cedidos a este Ministério, e alcançaram expressiva quantidade de entes federativos, impactando positivamente na percepção pelos RPPS de que estão sendo objeto de contínuo acompanhamento.

A atividade de Acompanhamento Fiscal, cuja previsão decorre do art. 9º, inciso I, da Lei nº 9.717/1998, do art. 19 do anexo do Decreto nº

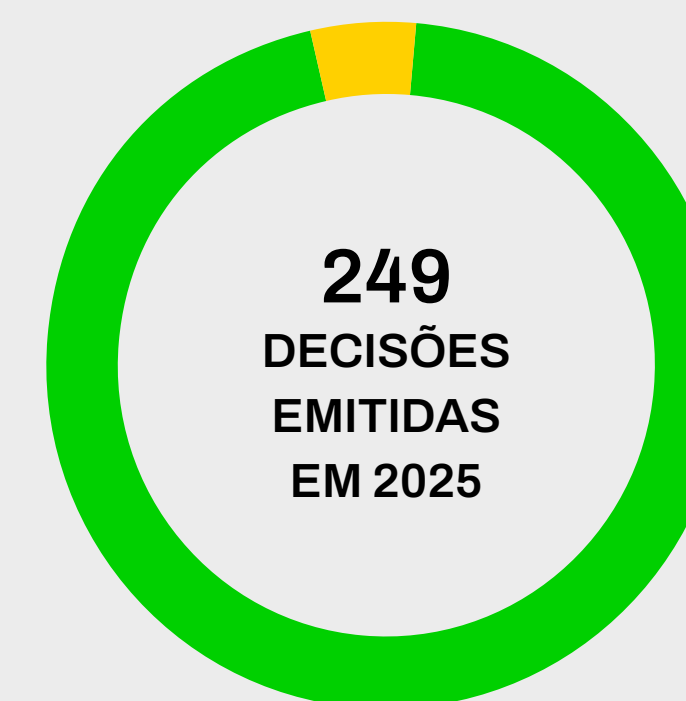
11.356/2023 e do § 3º do art. 239 e § 4º do art. 247 da Portaria MTP nº 1.467/2022, tem por princípios que a orientam: parceria e colaboração; conformidade cooperativa; foco nas questões de maior impacto; responsividade e compromisso; visão dos processos e dos resultados; e aperfeiçoamento contínuo. O Acompanhamento permite trabalho em lote em uma irregularidade cometida por diversos RPPS, aumentando a cobertura fiscal no segmento e a percepção de risco com base na presença fiscal para um maior número de RPPS, com procedimentos mais específicos e temáticos de acordo com os comportamentos observados, como omissão ou inexatidão, por exemplo. Foram concluídas em 2025 ações em 117 entes federativos.

Referente ao Contencioso Administrativo Previdenciário, foram emitidas, em 2025, 249 decisões em Processos Administrativos Previdenciários (PAP). Ao longo do ano, foram regularizados 72 PAP, o que resultou em um recolhimento de R\$ 707 milhões aos cofres dos RPPS.

RESULTADOS DO CONTENCIOSO PREVIDENCIÁRIO - 2025

Processos Administrativos Previdenciários (PAP)

Distribuição das Decisões



237 DECISÕES 95%

DESPACHOS - JUSTIFICATIVA

12 DECISÕES 5%

DECISÕES - NOTIFICAÇÃO

72

R\$ 707 milhões

PROCESSOS
REGULARIZADOS

RECOLHIDOS AOS
COFRES DOS RPPS

Também ao longo de 2025, foram cadastrados 1.135 acordos de parcelamento de 373 entes federativos diferentes, quase o dobro do número observado no ano anterior (610 acordos). A grande evolução ocorreu principalmente em virtude do parcelamento especial promovido pela Emenda Constitucional nº 136, de 09.09.2025, que possibilitou a instituição do Pró-Regularidade RPPS e com ele o parcelamento/reparcelamento de qualquer débito do ente federativo junto ao RPPS em até 300 meses. O valor total parcelado foi de R\$ 15,5 bilhões e o total parcelado dos acordos aceitos foi de R\$ 2,1 bilhões.

ATENDIMENTO AOS ENTES FEDERADOS

Com o compromisso de promover a melhoria contínua na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, foram adotadas estratégias para aperfeiçoar o atendimento aos entes federativos com RPPS. Entre as ações realizadas, destacam-se a elaboração de roteiros para padronização do atendimento e a implementação de novas funcionalidades nos sistemas internos de gestão.

Tais mudanças resultaram em mais de 77 mil atendimentos aos entes com RPPS em 2025. Esse número representa que o Ministério da Previdência alcançou uma resol



Foto: Edson Leal

2.7. RESULTADOS NO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A previdência complementar permite ao trabalhador formar uma poupança voluntária ao longo da vida, com o objetivo de obter renda adicional na aposentadoria, em complemento à proteção social proporcionada pela previdência pública.

Em 2025, o Ministério da Previdência Social implementou diversas iniciativas destinadas ao fortalecimento da previdência complementar. Entre elas destacam-se: a formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas; a análise dos impactos decorrentes de alterações legislativas e regulatórias; a realização de estudos; a promoção da educação financeira e previdenciária; e o apoio à implantação de medidas pelos entes federativos.

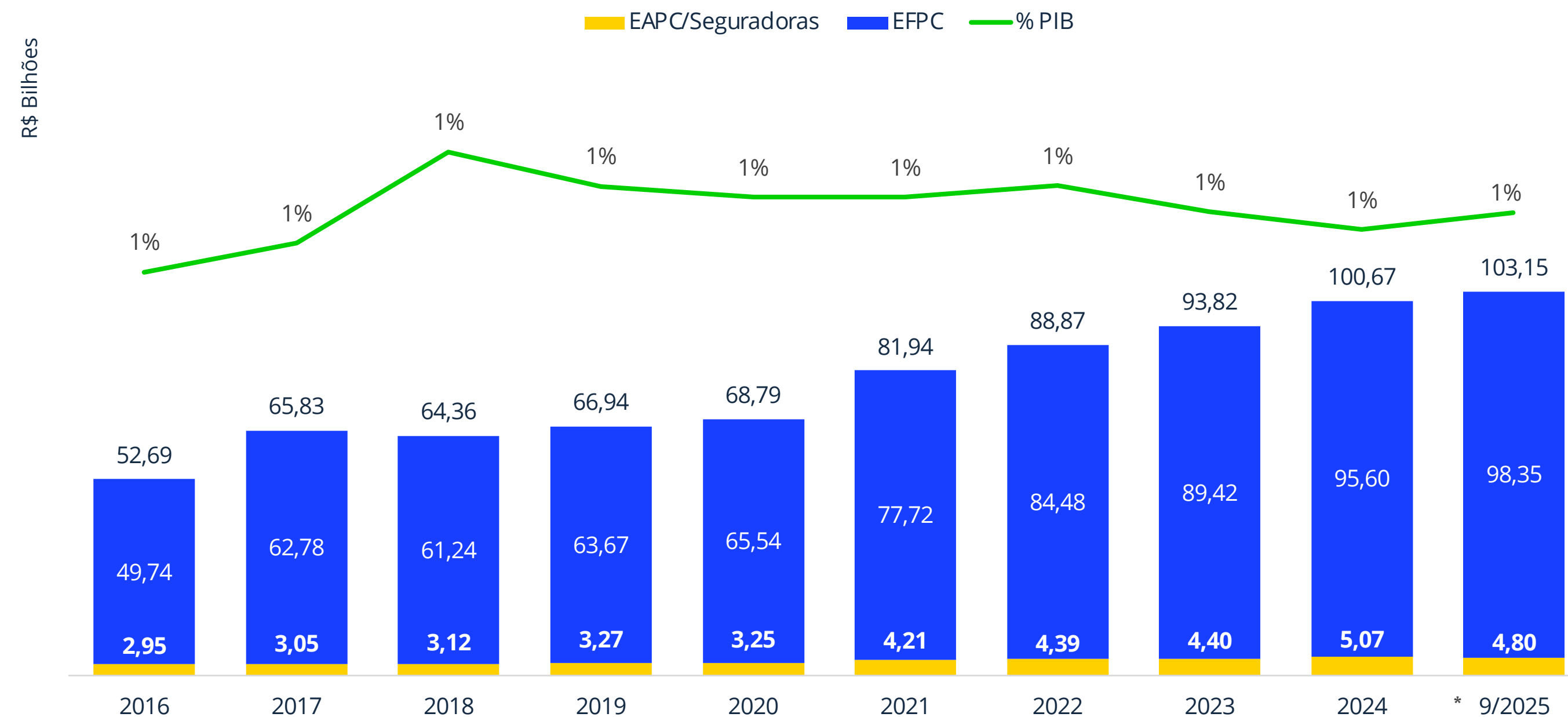
Atualmente o Regime de Previdência Complementar conta com 268 Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), responsáveis pela proteção previdenciária de aproximadamente 3 milhões de participantes ativos e cerca de 900 mil assistidos, entre aposentados e pensionistas, e 43 Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC), que reúnem cerca de 11 milhões de participantes em planos individuais e coletivos.

No acumulado dos 12 meses de 2025, o setor pagou R\$ 103,2 bilhões em benefícios previdenciários a cerca de 950 mil aposentados e beneficiários, sendo R\$ 98,3 bilhões (95%) provenientes de planos administrados pelas entidades fechadas de previdência

complementar e R\$ 4,8 bilhões (5%) de planos comercializados pelas seguradoras e entidades abertas de previdência complementar. O predomínio dos valores pagos pelas entidades fecha-

das evidencia o seu caráter previdenciário e a consolidação do mercado de renda, com impacto direto na ampliação da proteção social e na manutenção do padrão de vida dos participantes.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR BENEFÍCIOS PAGOS



Fontes: PREVIC/SUSEP

O valor total dos ativos aproxima-se de R\$ 3,2 trilhões, sendo R\$ 1,8 trilhão no segmento aberto e R\$ 1,4 trilhão no segmento fechado, mostrando que além de ampliar a proteção social, a previdência complementar contribui para o desenvolvimento econômico, pois estimula a poupança de longo prazo e o fortalecimento do mercado de capitais.

No eixo da educação formal, o Ministério da Previdência Social participa do Fórum Brasileiro de Educação Financeira e das ações da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Durante a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), foram realizadas ações educativas em parceria com entidades de previdência complementar em 51 escolas, alcançando 5.361 estudantes, por meio do projeto “Poupadores do Futuro”, com foco na inserção de conteúdos de educação financeira e previdenciária no cotidiano escolar. Adicionalmente, foi firmada parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o INSS, a Previc e a Susep para inclusão de conteúdos previdenciários e securitários no Programa Educação Financeira na Escola, em articulação com o Ministério da Educação (MEC) e o SEBRAE, com ênfase na capacitação de professores da educação básica.

Por fim, a capacitação de profissionais da educação, por meio do curso Educapep, e as ações previstas no Plano Bianual de Educação Previdenciária da Previdência Complementar (PEPC) ampliam a escala e a sustentabilidade das iniciativas de educação previdenciária. Ao formar professores e gestores escolares como multiplicadores e ao produzir materiais técnicos e guias práticos, essas ações buscam reduzir assimetrias de informação que afetam segmentos específicos da população, como trabalhadores por conta própria, domésticos e de setores com elevada informalidade, complementando as ações territoriais e educativas e fortalecendo a ampliação da cobertura previdenciária.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ATIVOS ACUMULADOS



Fontes: PREVIC/SUSEP

2.8. RESULTADOS NO ÂMBITO RECURSAL

Para promover a melhoria contínua da qualidade e reduzir o tempo de julgamento das decisões recursais, foram adotadas ações voltadas à redução do estoque de processos. O acompanhamento constante dos processos acumulados, com foco naqueles com maior tempo de permanência no Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), foi determinante para a organização do fluxo de trabalho e a aceleração dos julgamentos.

Nesse esforço, o uso de travas processuais foi implantado e ajustado para estabelecer prazos máximos de movimentação pelos conselheiros após o recebimento dos autos. Essa medida ajudou a controlar melhor os prazos internos e a evitar que os processos permanecessem parados por longos períodos.

A distribuição de processos antigos foi outra ação importante. Essa iniciativa permitiu equilibrar a carga de trabalho entre os conselheiros e garantiu que processos mais antigos fossem analisados com prioridade, contribuindo para a redução do tempo médio de julgamento.

Em relação aos processos de aposentadoria, foram adotadas ações específicas para reduzir o acúmulo e os atrasos. A distribuição passou

a ser equilibrada, com 50% de processos de aposentadoria e 50% de outras espécies, o que ajudou a evitar concentração excessiva e melhorou o ritmo de julgamento.

Foram realizadas ações para reduzir o envio de diligências ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), por meio da melhoria na análise dos processos e no acompanhamento do seu andamento. Com isso, as solicitações passaram a ser mais objetivas, e as respostas ao conselheiro ocorreram de forma mais rápida, reduzindo interrupções no julgamento.

Para sustentar a governança, o uso do Banco de Gestão-BG foi fortalecido como ferramenta de apoio à gestão. Os dados passaram a ser utilizados para acompanhar o desempenho, identificar gargalos e orientar a adoção de medidas corretivas, contribuindo para maior controle dos prazos e melhores resultados.

A admissão de novos conselheiros ampliou a capacidade de julgamento das unidades e contribuiu para melhor distribuição dos processos. O reforço da equipe reduziu a sobrecarga de trabalho, aumentou a produtividade e diminuiu o tempo de tramitação. Além disso, foram adotadas medidas para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no Regimento Interno do CRPS, com a aplicação mais célere da perda de mandato nos casos em que o conselheiro não se enquadrou nas regras estabelecidas, fortalecendo a responsabilidade e a eficiência na atuação.

Por fim, a modernização tecnológica consolidou-se como pilar da eficiência. O lançamento do Portal do CRPS centralizou o atendimento ao

público interno e externo, facilitando o acesso a informações, jurisprudência e suporte técnico. Integrando as atividades do SCD e da Divisão de Gerenciamento de Processos (DIGPRO), o portal tornou a gestão mais dinâmica. Adicionalmente, a implantação da plataforma UNA Recursos reorganizou o fluxo da Divisão de Atendimento a Demandas Externas (DADE), permitindo que o prazo médio de resposta da Ouvidoria no sistema Fala.BR fosse mantido em 30 dias, mesmo diante do aumento da demanda em relação a 2024.

2.9. RESULTADOS NO ÂMBITO INTERNACIONAL

O MPS atuou de forma estratégica na ampliação da cobertura previdenciária internacional, por meio da negociação, atualização, internacionalização e operacionalização de Acordos Internacionais de Previdência Social, bem como da coordenação da participação do MPS em organismos multilaterais relevantes.

Dentre as principais ações, destacam-se:

- Avanços significativos em acordos bilaterais, como a entrada em vigor do Acordo com a Bulgária, a conclusão dos textos do Acordo e do Ajuste Administrativo com Cabo Verde, bem como a finalização dos textos

negociados com a Noruega, a Polônia e a Suécia, que se encontram aptos a avançar para as etapas formais de assinatura, aprovação legislativa e promulgação;

- No campo da atualização de acordos vigentes, foi realizada reunião da Comissão Mista Brasil-Portugal, com foco na revisão operacional do acordo em vigor e atualização de procedimentos;
- Reunião do Comitê Técnico Administrativo e suas Comissões de Gestão, Jurídica e de Informática com vistas a tornar a operacionalização da Convenção Multilateral Iberoamericana de Segurança Social mais eficaz em relação a celeridade no atendimento dos cidadãos dos 13 países-membros;
- Condução de tratativas exploratórias e preparatórias para novos acordos, como no caso da Austrália e da China, envolvendo troca de informações técnicas, análise comparada de sistemas previdenciários e preparação de futuras rodadas formais de negociação;
- Atuação ativa em organismos internacionais estratégicos (AISS, CISS, OISS, OIT, BRICS, CPLP e Mercosul), participando de fóruns, comissões técnicas e eventos de alto nível, contribuindo para o intercâmbio de boas práticas, fortalecimento institucional e posicionamento do Brasil como referência internacional em políticas de seguridade social.

2.10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIAL

A atuação do Ministério da Previdência Social (MPS) em 2025 foi marcada pela presença direta nas cinco regiões do país, com foco prioritário na inclusão previdenciária de grupos historicamente vulnerabilizados. Além disso, a participação ativa da pasta em fóruns nacionais e internacionais, instâncias de cooperação e grupos de trabalho permitiu a disseminação de experiências institucionais e o fortalecimento do diálogo sobre a proteção social.

- Dentre as principais ações, destacam-se:
- Contribuição para a construção do Plano Nacional de Política Públicas para a População Cigana;
- Atuação efetiva no Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, na reestruturação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, coordenando a Comissão de Políticas Públicas e monitoramento de projetos financiados com recursos do Fundo Nacional para a Criança e do Adolescente (FNCA);
- Realização, através do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade Lélia González de palestra, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, sobre Combate ao Assédio e Violência;
- Participação nos movimentos sociais na construção das recomendações para os Líderes Regionais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL;
- Participação da Expo-Catadores 2025, evento voltado à inclusão social e sustentabilidade;

- Participação no programa “Governo na Rua”, assegurando que os serviços da Previdência e do INSS chegassem efetivamente à população;
- Participação no Evento Expo-Catadores 2025, evento focado na dignidade e inclusão social de catadores de recicláveis;
- Participação da Caravana da Criança e do Adolescente, em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais para captação de subsídios de execução de políticas públicas nos estados e DF;
- Participação do Ciclo de Oficinas “Construção de Linha de Proteção Social para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua”;
- Participação do Grupo de Trabalho dos Entregadores por Aplicativo, que tem como objetivo central o de criar alternativas para incluir esses trabalhadores no Regime Geral de Previdência Social;
- Participação da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; e
- Participação em eventos relacionados à segurança e saúde ocupacional, tais como: II Congresso de Riscos Ocupacionais da Conferência Interamericana de Seguridade Social; Webinário Saúde Mental e Trabalho; 1º Encontro do Grupo de Trabalho Técnico da OIT sobre Estatísticas de Segurança e Saúde Ocupacional (TWG_OSH); II Congresso Latino-Americano de Medicina Legal; Congresso Nacional de Engenharia de Segurança no Trabalho; Fórum de Saúde e Segurança no Trabalho da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Participação do Fórum Brasileiro de Educação Financeira e das ações da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).



Foto: Edson Leal



Foto: Edson Leal



ALCANCE DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

O MPS criou e colocou em prática várias ações estratégicas para divulgar amplamente suas iniciativas e incentivar a expansão da cobertura previdenciária da população brasileira.

O período foi marcado pela atuação consistente e planejada do Ministério nas redes sociais institucionais — Instagram, Facebook, YouTube, X (antigo Twitter) e WhatsApp — por meio da divulgação de conteúdos educativos, acessíveis e dinâmicos, voltados à disseminação de informações corretas e atualizadas sobre a Previdência Social.

A adoção de uma comunicação clara, precisa e orientada ao cidadão possibilitou o fortalecimento do vínculo institucional com a sociedade, o incremento da transparência das ações governamentais, o enfrentamento à desinformação e o reforço do compromisso do Ministério com a reconstrução e a consolidação de sua credibilidade junto ao público.

Dentre as principais ações da comunicação social, registram-se:

- Publicações realizadas nas redes sociais institucionais alcançaram mais de 4,4 milhões de visualizações;
- Crescimento expressivo do número de novos seguidores,

passando de 15.696 para 59.055 — quase quatro vezes mais que no ano anterior. Ao final do exercício, as redes sociais do Ministério da Previdência Social somavam, no conjunto das plataformas Instagram, Facebook, X, YouTube e WhatsApp, o total de 85.901 seguidores;

- Criação do canal oficial do Ministério da Previdência Social no WhatsApp, destinado à divulgação das principais notícias publicadas no Portal do MPS, bem como dos conteúdos veiculados nas redes sociais institucionais. O canal encerrou o ano de 2025 com 7.411 seguidores, consolidando-se como importante instrumento de comunicação direta com a sociedade;
- Criação da nova identidade visual do Ministério da Previdência Social, concebida com foco na modernização da comunicação institucional e na valorização dos diversos serviços ofertados à população;
- Produção e distribuição de diversas publicações institucionais direcionadas a públicos específicos, com o objetivo de simplificar a linguagem, ampliar o alcance da informação e promover o acesso qualificado aos serviços previdenciários, como a cartilha institucional do MPS e a cartilha sobre linguagem simples.



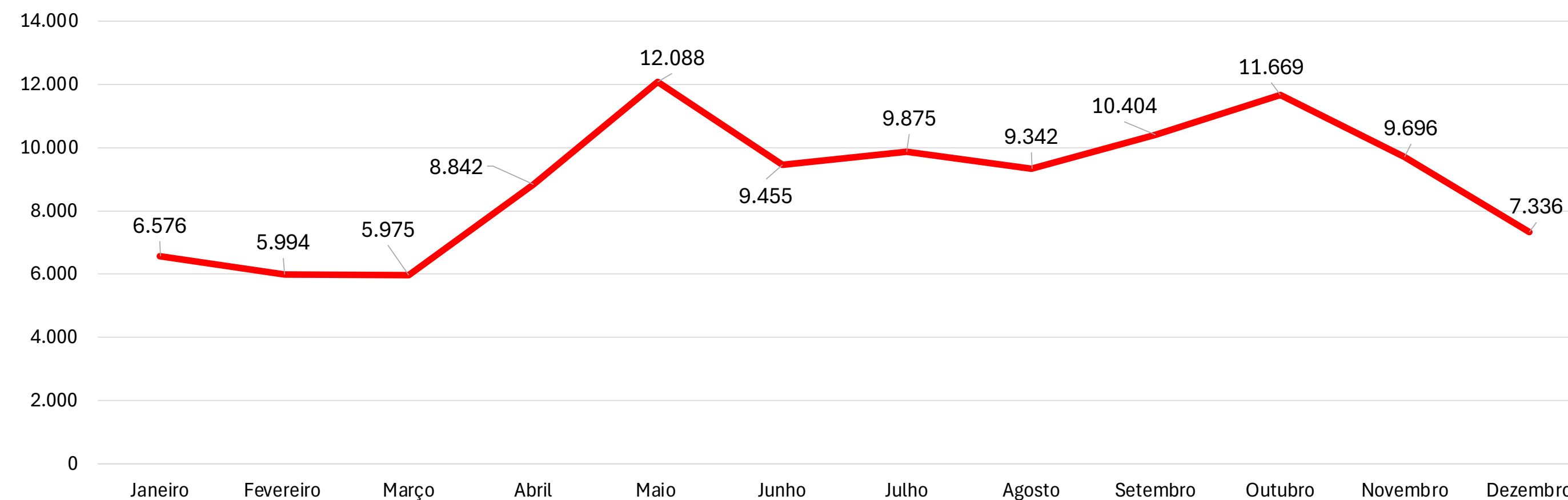
OUVIDORA E ESCUTA ATIVA

Em 2025, a Ouvidoria-Geral do MPS consolidou-se como instrumento estratégico de transparência e aperfeiçoamento dos serviços. Com a análise de 107 mil manifestações e um índice de resolutividade de 94% nas respostas apresentadas, a unidade expandiu o acesso do cidadão por meio do lançamento do canal via WhatsApp e da implantação de salas de acolhimento presencial. Essas iniciativas reduziram barreiras de comunicação e fortaleceram a capacidade do Ministério em converter as

demandas da sociedade em insumos para a melhoria contínua da gestão previdenciária.

Mensalmente, é publicado o relatório “Ouvidoria em Números”, que reúne dados sobre as manifestações registradas no Fala.BR. A publicação detalha o volume de atendimentos, os principais temas abordados, os canais mais utilizados e as ações com a participação da Ouvidoria-Geral. Disponível em https://www.gov.br/previdencia/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria-geral/ouvidoria-em-numeros/.

EVOLUÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA EM 2025



Fonte: Ouvidoria do MPS

CAPÍTULO 3 —————

Integridade, gestão de riscos, desafios e sustentabilidade



3.1. INTEGRIDADE E GESTÃO DE RISCOS

O MPS avançou na consolidação de instrumentos institucionais que conectam governança, ética, riscos e prevenção de irregularidades, estruturando o Sistema de Integridade do MPS em torno de planos, comitês, instrumentos normativos e ações educativas.

Em 2025, destacaram-se:

- Implementação do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, instituído pela Portaria MPS nº 944, de 10 de abril de 2025, em alinhamento ao Decreto nº 12.122/2024 e ao Plano Federal conduzido pelo MGI, reforçando a dimensão social da integridade e o cuidado com o ambiente de trabalho;
- Aprovação do Plano de Integridade 2025–2026, pela Portaria GABIN/MPS nº 1.281, de 9 de junho de 2025, com diretrizes para gestão de riscos, promoção da ética, transparência ativa, prevenção do assédio e fortalecimento da atuação correcional;
- Reestruturação do Programa de Integridade (PrevIntegridade) e instituição do Comitê de Integridade, via Portaria MPS nº 2.333, de 19 de novembro de 2025, replicando as boas práticas de governança orientadas pela Controladoria Geral da União, integrando riscos de integridade, transparência e ética sob uma mesma estratégia;
- Ampliação da transparência e prevenção a conflito de interesses por meio do e-Agendas, plataforma que divulga as agendas de compromissos públicos dos agentes públicos do Poder Executivo Federal, com incentivos, orientações e monitoramento de uso junto a autoridades e unidades,

ampliando a publicidade de agendas, a *accountability* e a aderência à Lei de Acesso à informação.

- Em relação à ética pública, atuação forte da Comissão de Ética, com foco em: análise e diagnóstico de denúncias, mapeamento de causas recorrentes, aprimoramento de fluxos de encaminhamento, recomendações para ações educativas e normativas, contribuindo para a consolidação de um sistema ético com foco preventivo e orientador, alinhado às diretrizes federais de integridade e diversidade.
- Assim, o MPS passou a estruturar sua atuação de integridade sob um ciclo integrado aderente às melhores práticas internacionais (ESG – dimensão “G”), que engloba governança, riscos e integridade aos seus objetivos estratégicos.

RELATÓRIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

Em 2025, o Ministério da Previdência Social recebeu diversos Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), envolvendo matérias estratégicas para a gestão previdenciária. Os principais são apresentados a seguir:

- Acórdão 2746/2025-PL – Processo 007.857/2025-0: Avaliação da eficiência, dos custos e dos benefícios da concessão de benefícios por incapacidade mediante o AtestMed. *Deliberação: 7 determinações ao MPS.*
- Acórdão 1977/2025-PL – Processo 001.259/2025-3: Avaliação da Previdência Rural para subsidiar a elaboração dos relatórios

RePP 2025. *Deliberação: 1 determinação e 2 recomendações ao MPS.*

- Acórdão 1126/2025-PL – Processo 017.481/2024-4: Auditoria das Demonstrações Contábeis do MPS referentes ao exercício de 2024. *Deliberação: 4 recomendações ao MPS.*
- Acórdão 1372/2025-PL – Processo 009.980/2024-5: Fiscalização da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no âmbito da administração pública federal. *Deliberação: 1 recomendação e 2 determinações ao MPS.*
- Acórdão 1094/2025-PL – Processo 017.467/2024-1: Auditoria das Demonstrações Contábeis do INSS referentes ao exercício de 2024. *Deliberação: cientificação ao MPS, referente ao FRGPS.*
- Acórdão 1839/2025-PL – Processo 008.637/2023-7: Reavaliação da interpretação jurídica relativa à pensão por morte ficta no sistema previdenciário militar. *Deliberação: 1 cientificação ao MPS.*

No exercício de 2025, o TCU proferiu 18 novas deliberações relacionadas ao Ministério da Previdência Social. Assim, o MPS encerrou o ano com 117 deliberações, distribuídas da seguinte forma: 41 determinações, 66 recomendações e 10 cientificações.

Desse total, 81 deliberações foram concluídas, 9 disponibilizadas para a unidade jurisdicionada, 13 aguardando resposta do órgão e 14 em análise pelo TCU. Essas deliberações originaram-se, majoritariamente, de fiscalizações, prestações de contas, denúncias e representações, o que evidencia o caráter multifacetado do controle externo incidente sobre a política previdenciária e sua relevância social, financeira e federativa.

A atuação do TCU em 2025 concentrou-se, especialmente, em dois eixos temáticos:

Benefícios por Incapacidade – AtestMed: O Tribunal constatou avanços relevantes na implementação do AtestMed, evidenciados pela redução do tempo médio de concessão dos benefícios por incapacidade temporária, pelo aumento da celeridade no atendimento e no pagamento ao segurado — o que repercute diretamente na proteção de sua renda — e pela ampliação do uso da análise documental, que contribuiu para a diminuição das filas e para o incremento da eficiência operacional. Paralelamente, foram identificadas oportunidades de aprimoramento relacionadas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção de falhas, ao fortalecimento dos controles internos e à qualificação da gestão de riscos específicos da análise documental.

Previdência Rural e Segurado Especial: Nas ações fiscalizatórias direcionadas à Previdência Rural, o TCU destacou a relevância social dessa política, seu papel histórico na proteção de populações vulneráveis, sua contribuição para a inclusão previdenciária e a necessidade de aperfeiçoamento contínuo do marco normativo. Além disso, foram apontados desafios estruturais, especialmente no que se refere à comprovação da condição de segurado especial, à sustentabilidade do regime e à robustez dos mecanismos de controle.

RELATÓRIOS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

No âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU), no exercício de 2025, foram encaminhados os seguintes principais Relatórios de Auditoria para os quais o Ministério da Previdência Social atua como órgão supervisor:

- Relatório de Auditoria 1626720 – Avaliação dos serviços prestados presencialmente pelo INSS. Deliberações: 10 recomendações ao INSS e 5 recomendações ao MPS.
- Relatório de Auditoria 1619307 – Avaliação dos controles relativos aos descontos associativos na folha de pagamentos do INSS. Deliberação: 8 recomendações ao INSS.
- Relatório de Auditoria 1680913 – Visitas às entidades com descontos de contribuições associativas na folha de pagamentos do INSS. Deliberação: 12 recomendações ao INSS.
- Relatório de Auditoria 1675291 – Avaliação dos mecanismos de controle referentes aos descontos de contribuições associativas na folha de pagamentos do INSS, com base em entrevistas com beneficiários. Deliberação: 7 recomendações ao INSS.
- Relatório de Auditoria 1812731 – Avaliação da gestão de riscos nas contratações públicas. Deliberação: 6 recomendações ao INSS.

A CGU desenvolveu auditorias e avaliações de alta materialidade relacionadas à política previdenciária, as quais foram

acompanhadas sistematicamente pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI). Entre esses trabalhos, destaca-se a avaliação do atendimento presencial prestado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), abrangendo as Agências da Previdência Social (APS) e entidades signatárias de Acordos de Cooperação Técnica (ACT).

O MPS encerrou o ano de 2025 com 212 recomendações oriundas da CGU, distribuídas da seguinte forma: 98 concluídas; 34 consolidadas; 26 em análise pelo MPS; 52 aguardando análise da CGU; 1 suspensa e 1 cancelada.

Os relatórios da CGU que originaram essas recomendações abordaram temas relevantes, tais como: governança e controles internos, integridade e gestão de riscos, qualidade das bases cadastrais (NIS, PIS, PASEP e NIT), rotinas de concessão de benefícios e processos de consignação. Esses produtos de auditoria contribuíram de maneira significativa para o aprimoramento dos processos finalísticos e administrativos do Ministério.

PRINCIPAIS RISCOS À GOVERNANÇA E À GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO

No exercício de 2025, o Ministério da Previdência Social realizou diagnóstico institucional voltado à identificação de riscos e oportunidades relacionados à governança e ao sistema de controle interno, considerando seus impactos na capacidade institucional de gerar valor público, assegurar conformidade e fortalecer a confiança social.

Os riscos mapeados foram organizados conforme o horizonte temporal de seus efeitos.

No curto prazo, destacam-se pontos de atenção relacionados ao fortalecimento operacional das instâncias de integridade e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno, especialmente quanto:

- ao aprimoramento da confidencialidade, eficiência e tempestividade no tratamento de denúncias, apurações disciplinares e manifestações éticas;
- ao reforço das medidas de segurança da informação e proteção de dados sensíveis;
- ao aprimoramento da comunicação institucional, com vistas ao fortalecimento da transparência e da confiança dos públicos estratégicos;
- ao avanço na padronização de fluxos e procedimentos, visando maior uniformidade e eficiência operacional.

No médio e longo prazo, sobressaem riscos de natureza estrutural, associados ao processo de consolidação e amadurecimento do modelo de governança e controle interno, notadamente quanto:

- ao fortalecimento da integração e coordenação entre as instâncias de integridade;
- ao aprimoramento da gestão de riscos e sua internalização nos processos decisórios;
- à ampliação da articulação institucional e da atuação transversal das unidades;
- à adequação da força de trabalho à complexidade das atribuições;
- ao desenvolvimento de indicadores e mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação;
- à consolidação de cultura organizacional orientada à integridade, à prevenção de irregularidades e à accountability.

O enfrentamento desses riscos integra a agenda de aprimoramento contínuo da governança institucional, com foco na sustentabilidade dos resultados, no fortalecimento dos controles internos e na ampliação da capacidade de entrega de valor público à sociedade.

O diagnóstico também evidenciou oportunidades relevantes para a elevação da maturidade organizacional e para o fortalecimento da capacidade institucional de entrega de resultados à sociedade.

Entre as principais oportunidades identificadas, destacam-se:

- o avanço na estruturação e na integração do Sistema de Integridade;
- a padronização de processos e fluxos internos, promovendo maior eficiência e coordenação organizacional;
- a modernização de instrumentos de trabalho, sistemas e procedimentos;
- a consolidação de instâncias colegiadas e de normativos internos, reforçando o modelo de governança e a transparência;
- o aprimoramento do relacionamento institucional com órgãos de controle, com base em orientação técnica e diálogo permanente.

As oportunidades identificadas reforçam o direcionamento estratégico do Ministério para uma atuação preventiva, organizada e orientada a resultados, consolidando bases institucionais para a geração sustentável de valor público.

ADMISSIBILIDADES E PROCESSOS INVESTIGATIVOS NÃO CONCLUÍDOS

172		
Aguardando Análise	Em andamento	Concluídos com pendência de decisão
59	93	20

ADMISSIBILIDADES E PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS DECIDIDOS

181	
Admissibilidades	Procedimentos Investigativos
127	54

PROCEDIMENTOS ACUSATÓRIOS

54		
Em instauração	Em apuração	Em julgamento
16	28	10

TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

20	
Em negociação	Em curso
5	15

Fonte : e-PAD da CGU (MPS)

ATUAÇÃO CORRECIONAL

No eixo correccional, a Corregedoria do MPS executou ações previstas no Plano de Integridade 2025–2026, com os seguintes destaques:

- Publicação do Manual dos Procedimentos Correccionais no âmbito do MPS;

- Implantação da Gestão Baseada em Riscos, como o mapeamento realizado no Relatório de Gestão de Riscos 2025;

- Manutenção da certificação do Nível II do Plano de Maturidade instituído pela Controladoria-Geral da União;

- Criação do Grupo de Trabalho (GT), instituído pela Portaria Conjunta nº 26, de 2025, com o fim de equacionar o passivo de processos correccionais represados; e

- Autorização do Ministério da Previdência Social, por meio da Portaria Ministerial nº1.469, de 2025, com o fim de atender a demanda de Junta Médica Oficial (JMO) em procedimentos disciplinares, no âmbito deste Ministério e suas autarquias, podendo estender o serviço aos demais órgãos das administrações direta e indireta da União.

3.2. INFLUÊNCIAS EXTERNAS E DESAFIOS ESTRUTURAIS

PERSPECTIVA EM RELAÇÃO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Em uma perspectiva ampla, riscos em relação à gestão do RGPS podem ser diferenciados em dois grupos: os relativos aos contribuintes e os relacionados aos beneficiários, sempre considerando que os atuais contribuintes se tornarão beneficiários em algum momento.

Em relação aos contribuintes, os riscos principais estão relacionados às mudanças no mercado de trabalho decorrente das novas formas de trabalho criadas, avanço das tecnologias de informação, que desestimulam o vínculo com a previdência social. Também pode ser considerado como risco a expansão do número de optantes pelos programas de contribuição subfinanciados (PSPS, MEI, Facultativo de baixa renda), que são altamente deficitários atuarialmente. Também pode ser considerado um risco o efeito da transição demográfica sobre a estrutura de contribuintes, que, no longo prazo, tende a afetar a base de contribuintes a partir da redução da população em idade ativa. Esses riscos podem afetar o RGPS em relação à cobertura previdenciária e ao equilíbrio atuarial e financeiro desse regime.

Esses elementos são estruturais e exógenos à previdência social, sendo necessário o acompanhamento dos efeitos desses elementos sobre a previdência social e a avaliação de ajustes possíveis para minimizar seu impacto. Destaca-se que eventuais ajustes para esses riscos exigem decisão do Congresso Nacional.

Em relação aos beneficiários, os riscos principais estão relacionados ao processo de envelhecimento populacional que, associado à expansão do número de contribuintes observado nas últimas duas décadas, tende a ampliar o número de beneficiários, com impactos operacionais e financeiros sobre o RGPS. Também há o risco da ampliação do plano de benefícios, como, por exemplo, a criação de um salário-paternidade, bem como a expansão do universo de potenciais beneficiários pela mudança nas regras de elegibilidade, como, por exemplo, a decisão do STF que vedou a exigência de carência para o salário-maternidade. Esses elementos têm impactos relevantes sobre a demanda por benefícios do RGPS, com potencial de gerar gargalos no seu atendimento. Também gera efeitos sobre o equilíbrio atuarial e financeiro desse regime de previdência.

Os riscos apresentados, assim como os relativos à dimensão de contribuintes, também são exógenos ao RGPS, de forma que cabe ao regime procurar se adequar às mudanças, de forma a minimizar o seu impacto. Destaca-se que, em relação à expansão do número de beneficiários, ações podem ser adotadas para minimizar seu impacto na operação do RGPS, tais como maiores investimentos na infraestrutura tecnológica e humana do INSS. Em relação a alterações nos planos de benefícios ou a expansão do universo de beneficiários, cabe ação articulada, comandada pelo governo, junto ao Congresso Nacional, bem como aprimoramento da ação judicial da União, a fim de evitar que ações dessa natureza prosperem.

PERSPECTIVA EM RELAÇÃO À PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Embora a previdência complementar tenha ampliado sua participação na economia nacional, com os ativos acumulados passando de 21% para 25% do Produto Interno Bruto (PIB), entre 2015 e 2024, esse crescimento ocorreu de forma desigual, com prevalência do segmento aberto, que nos últimos cinco anos registrou expansão nominal de 48%, enquanto o segmento fechado cresceu apenas 26%. Considerando que a proteção previdenciária está concentrada nesse último (responsável por 95% do valor total dos benefícios pagos), medidas regulatórias que fortaleçam a expansão do segmento fechado e ampliem o caráter previdenciário do segmento aberto são igualmente desejáveis.

Apesar dos avanços alcançados, a implementação e o aprofundamento das ações no âmbito do Regime de Previdência Complementar ainda enfrentam desafios estruturais, especialmente relacionados ao acesso direto e tempestivo a bases de dados estratégicas, à necessidade de maior articulação interinstitucional e à integração de agendas com outros órgãos e políticas públicas correlatas, como finanças públicas, mercado de capitais, previdência complementar aberta, educação financeira e desenvolvimento social.

Soma-se a esse contexto a influência de fatores externos de natureza política e econômica, que impactam o ritmo de adesão aos planos de benefícios e a execução de medidas estruturantes, exigindo do Ministério da Previdência Social atuação contínua, coordenada e adaptável para assegurar a efetividade das políticas, a sustentabilidade do regime e a proteção dos participantes.

3.3. SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade na gestão pública previdenciária é um conceito multidimensional que integra a saúde financeira dos regimes à responsabilidade social, à integridade institucional e à preservação ambiental.

Para o MPS, ser sustentável significa garantir a manutenção dos direitos e a dignidade dos cidadãos no presente e no futuro, promovendo ambientes de trabalho éticos, reduzindo desigualdades regionais e estimulando investimentos responsáveis. Essa abordagem sistêmica assegura que a entrega de valor público seja resiliente, inclusiva e plenamente alinhada aos desafios sociais e ambientais contemporâneos.

SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL E SOCIAL

Em 2025, o Ministério da Previdência Social avançou na dimensão social da sustentabilidade institucional por meio da implementação de ações voltadas ao fortalecimento de ambientes de trabalho mais éticos, seguros e inclusivos, alinhados aos objetivos de promoção da integridade pública e proteção de direitos. Nesse sentido, destaca-se a execução do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, conduzido pela Assessoria de Participação Social e Diversidade, com atuação transversal da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) no âmbito de suas atribuições relacionadas à integridade, gestão de riscos e governança institucional.

A articulação entre unidades permitiu o desenvolvimento de ações de sensibilização, orientação e prevenção, contribuindo

para o aprimoramento das condições de trabalho, para a promoção da dignidade das pessoas e para a consolidação de práticas administrativas alinhadas aos princípios do serviço público. Esse conjunto de iniciativas reforça o compromisso do Ministério com a construção de uma organização socialmente responsável e com a promoção de ambientes institucionais saudáveis, com impactos positivos sobre a geração de valor público no setor previdenciário.

SUSTENTABILIDADE NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Dentre as ações ressaltamos o impacto regional e de subsistência, com a atuação da Perícia Médica Federal, a qual possui participação efetiva e imperativa no seguimento do direito aos benefícios previdenciários.

À medida que a presença da perícia médica federal está a um passo do cidadão em qualquer lugar do território nacional, de maneira justa e rápida, presencial ou remotamente, isso passa a ser um ponto de equilíbrio social e econômico. Isso é simples de ser medido a partir do momento que se entende que em muitos municípios e comunidades a renda destes é obtida basicamente dos benefícios pagos e geridos pela Previdência Social e a perícia médica como participante do processo impacta nas análises e concessões destes benefícios.

Vemos facilmente isso nas ações de grande peso regional realizadas pelo PREVBARCO, unidades flutuantes de atendimento da Previdência Social, que em suas rotas realizam atendimentos previdenciários, dentre esses o de perícia médica, às comunidades ribeirinhas e às populações de povos originários em grande

parte do Norte do país. Localidades que são visitadas uma vez ao ano e que já trazem impacto nas comunidades. Como já dito, os atendimentos realizados pela perícia médica federal fazem parte do seguimento do reconhecimento de direito e com isso esperado recebimento de benefício que se traduz em renda, justiça social, equilíbrio econômico e sim sustentabilidade.

Outro ponto de atuação que merece destaque está relacionado com a política pública de Reabilitação Profissional, que tem como eixo principal a possibilidade de reinserção do segurado no mercado de trabalho, resultado este que fortalece sua autonomia produtiva e contribui para a sustentabilidade financeira do RGPS, por meio da possibilidade de restabelecimento de sua condição de contribuinte. Esse mesmo projeto também alcança a sustentabilidade social ao valorizar a importância do trabalho para a dignidade das pessoas.

Por fim, ressalta-se que o enfrentamento às alterações climáticas e a promoção da saúde e segurança ocupacional tornaram-se agendas indissociáveis na gestão pública. As mudanças significativas no meio ambiente afetam diretamente o mundo do trabalho, transformando o aumento da temperatura global, os eventos climáticos extremos e a degradação ambiental em vetores de risco ocupacional que impactam tanto as condições físicas dos postos de trabalho quanto a integridade dos trabalhadores. Diante desse cenário, as políticas de segurança e saúde no trabalho devem ser pensadas de forma convergente aos desafios climáticos, incorporando estratégias de adaptação que assegurem ambientes laborais resilientes e protegidos contra as vulnerabilidades emergentes do ecossistema.



SUSTENTABILIDADE NO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Em 2025, o Ministério da Previdência Social promoveu estudos voltados à inovação e ao aprofundamento da dimensão social dos critérios ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) nos investimentos das entidades fechadas de previdência complementar, reconhecendo o papel estratégico do setor na ampliação do mercado de investimentos responsáveis e no fortalecimento do alinhamento entre rentabilidade, segurança previdenciária e responsabilidade social, em benefício da sociedade e das futuras gerações.

Nesse contexto, foi realizada, em parceria com a Abrapp, a pesquisa “Participação Feminina na Previdência Complementar Fechada”, com o objetivo de compreender a dinâmica de inclusão das mulheres nos planos de benefícios, sua participação nos espaços de gestão das entidades e a existência de iniciativas voltadas à ampliação da adesão do público feminino, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5 da ONU.

Adicionalmente, o MPS acompanhou as reuniões do Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira (CITSB) e o processo de elaboração dos cadernos da Taxonomia Sustentável Brasileira, lançados em 2025, contribuindo para a identificação e a definição, com base científica e critérios objetivos, de atividades econômicas, ativos e projetos alinhados aos objetivos ambientais, econômicos e sociais da sociedade brasileira.



Foto: Getty Images

3.4. CONCLUSÃO

O exercício de 2025 revelou-se um período de transição estratégica, no qual o Ministério da Previdência Social buscou harmonizar a eficiência operativa imediata com o enfrentamento de desafios estruturais internos e externos.

A gestão dos riscos identificados — desde a carência de recursos humanos qualificados até as pressões demográficas e tecnológicas — não foi tratada de forma isolada, mas como um catalisador para a modernização institucional e o fortalecimento da governança pública.

O MPS atua em um ambiente institucional amplo e complexo, com políticas de alta relevância social e forte sensibilidade orçamentária. A política previdenciária demanda permanente aperfeiçoamento de processos e produção de informações qualificadas devido à sua alta capilaridade e relação direta com o cidadão, o que impacta a eficiência e a segurança jurídica da entrega.

A execução dessa política envolve diversos atores federativos e institucionais, tornando a articulação interinstitucional um desafio próprio do modelo de governança pública. Alinhar orientações, fluxos e informações entre as unidades do Ministério, entidades vinculadas e parceiros federativos é essencial para a coerência regulatória.

A dinâmica descrita aponta para a necessidade de otimização da governança interna, uso ampliado de evidências na tomada de decisão e investimento contínuo em tecnologia e capacitação. A consolidação de um sistema previdenciário que seja, ao mesmo tempo, sustentável e inclusivo, depende da capacidade do MPS em converter oportunidades de inovação em resultados tangíveis. O investimento em inteligência, a expansão da perícia conectada e o rigoroso acompanhamento dos regimes próprios e complementares são os alicerces que permitirão ao Ministério mitigar as incertezas de um mercado de trabalho em mutação e do envelhecimento populacional.

Em última análise, as ações desenvolvidas em 2025 reafirmam o compromisso do Estado com a justiça social e a proteção em todas as fases da vida. Ao alinhar sua estratégia institucional às melhores práticas de integridade e transparência, o MPS projeta-se para 2050 com a meta de garantir que a proteção previdenciária alcance a universalidade e a equidade, assegurando dignidade e segurança financeira para as futuras gerações de brasileiros. Esses elementos fortalecem a capacidade do MPS de gerar valor público de forma eficiente e sustentável, em plena conformidade com a IN TCU nº 84/2020.

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

A DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MPS) representa a materialização física de sua estratégia. Neste capítulo, a gestão do orçamento é apresentada não apenas como um exercício de execução contábil, mas como o pilar que garante a confiança e a previsibilidade do sistema previdenciário brasileiro.

Os dados aqui consolidados fornecem o suporte quantitativo para o desempenho institucional, demonstrando como a alocação de recursos foi direcionada para a manutenção de direitos, a sustentabilidade dos regimes e a modernização do atendimento ao cidadão. Para além do cumprimento dos limites fiscais, a análise contábil de 2025 reflete o compromisso com a transparência e a eficiência no uso do recurso público.



4.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento total foi de **R\$ 1,051 trilhão**, distribuído entre despesas com pessoal, outras despesas correntes, investimentos e reserva de contingência. A maior parte do orçamento, cerca de **R\$ 1,038 trilhão**, foi destinada a outras despesas correntes, enquanto os investimentos somaram pouco mais de **R\$ 108 milhões**.

COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO 2025

GND (desc.)	Dotação Atual
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.425.085.529
3 - Outras Despesas Correntes	1.038.583.246.907
4 - Investimentos	108.313.715
9 - Reserva de Contingência	18.081.413
	1.051.134.727.564

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 07/01/2026.

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

O Fundo do Regime Geral de Previdência Social concentrou a maior parcela do orçamento, com **R\$ 1,03 trilhão**, seguido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com **R\$ 18 bilhões**, e pela Administração Direta do MPS, com **R\$ 2,39 bilhões**. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar recebeu **R\$ 76 milhões**, evidenciando a predominância dos recursos voltados para benefícios previdenciários.

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS AO ÓRGÃO

Unidade Orçamentária (desc.)	Dotação Atual
33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	2.395.026.717
33201 - Instituto Nacional do Seguro Social	18.034.583.023
33206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar	76.158.244
33904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social	1.030.628.959.580
	1.051.134.727.564

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 07/01/2026.

DISTRIBUIÇÃO DO MONTANTE ENTRE AS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS



FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 07/01/2026.

CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

Durante o exercício, foram executados **R\$ 3,31 bilhões** em créditos extraordinários e especiais, destinados principalmente ao ressarcimento de beneficiários do Regime Geral por descontos indevidos. A execução orçamentária da Administração Direta apresentou empenhos próximos à dotação inicial, com liquidação e pagamento em níveis satisfatórios, demonstrando controle na execução financeira.

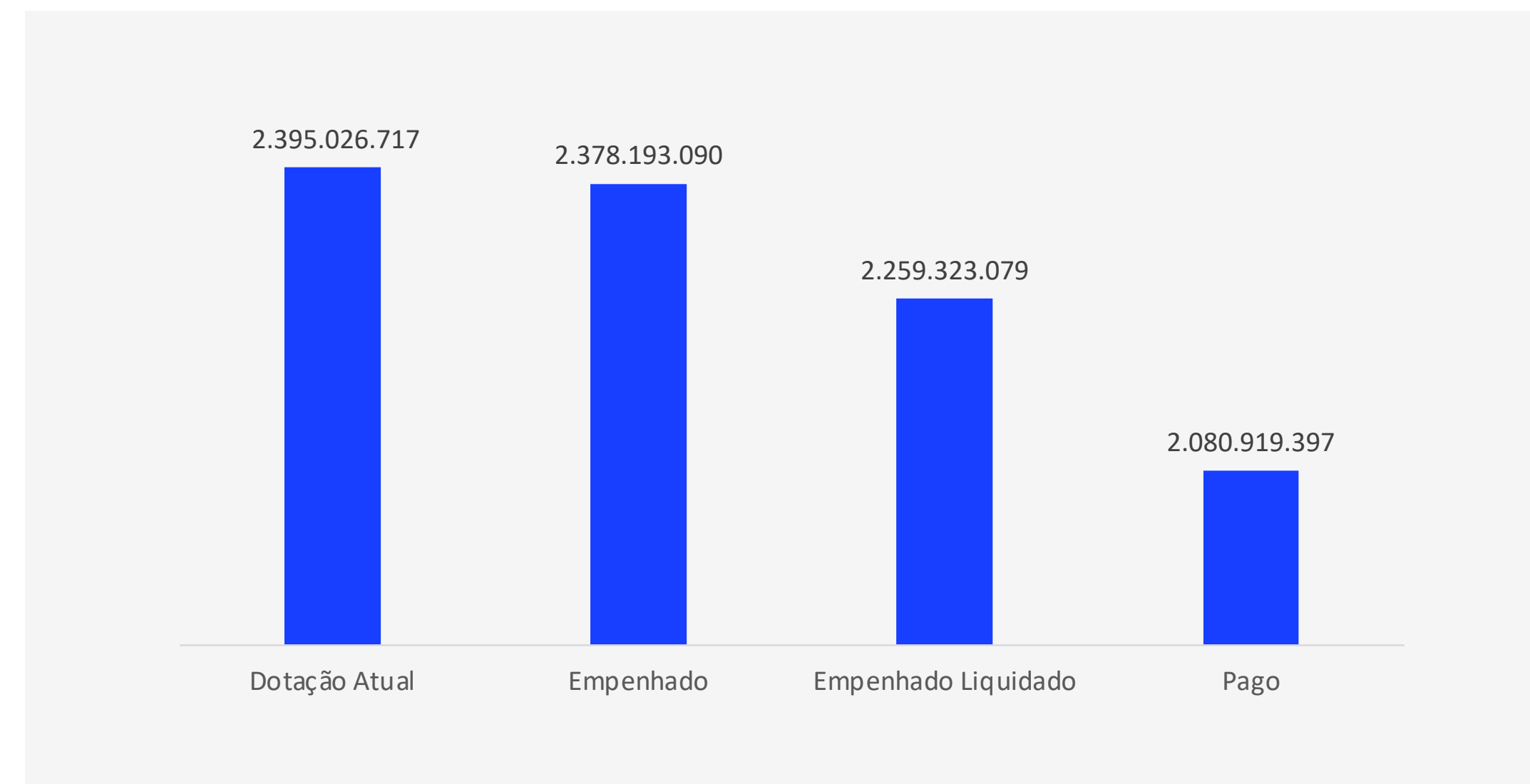
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS E CRÉDITOS ESPECIAIS

Ação (desc.)	Dotação Atual
00XK - Ressarcimento aos Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social por Descontos Indevidos	3.312.824.545
	3.312.824.545

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 07/01/2026.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO 2025

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MPS 2025 (NÃO INCLUI UNIDADES VINCULADAS)



FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 07/01/2026.

FORMAÇÃO DO ORÇAMENTO MPS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

As despesas obrigatórias representaram **83,66%** da execução do orçamento da Administração Direta. No grupo de pessoal e encargos sociais, os maiores gastos foram com vencimentos e vantagens fixas (R\$ 1,22 bilhão) e obrigações patronais (R\$ 262 milhões), totalizando **R\$ 1,52 bilhão**. Outros itens incluíram contribuições previdenciárias, sentenças judiciais e ressarcimentos.

FORMAÇÃO DO ORÇAMENTO

Resultado Primário - Lei (desc.)	Dotação Atual
0 - Financeira	250.251.241,00
1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP	1.995.315.552,00
2 - Primária discricionária, considerada no cálculo do RP	149.459.924,00
	2.395.026.717,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 07/01/2026.

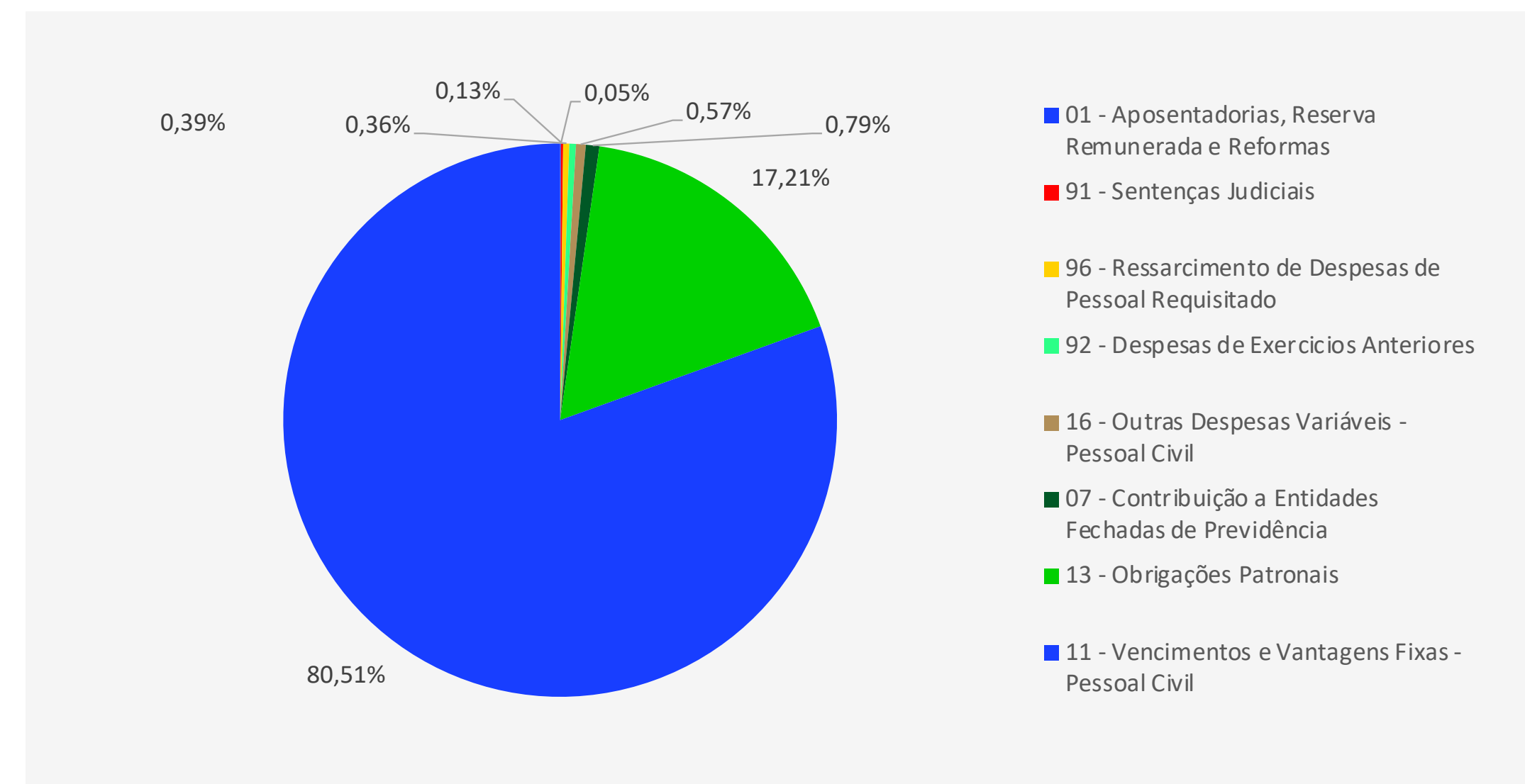
Os investimentos do MPS somaram **R\$ 13,4 milhões**, sendo **69,23%** destinados à aquisição de equipamentos e material permanente e **27,52%** a serviços de tecnologia da informação e comunicação. Essa distribuição indica prioridade na modernização da infraestrutura e na melhoria dos sistemas tecnológicos.

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, EMPENHADO EM 2025

Elemento de Despesa (desc.)	Empenhado
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	691.818
07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	12.000.000
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.223.900.099
13 - Obrigações Patronais	262.113.241
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	8.665.000
91 - Sentenças Judiciais	1.953.635
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	5.871.643
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	7.565.025
	1.522.760.462

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 07/01/2026.

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS



FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 07/01/2026.

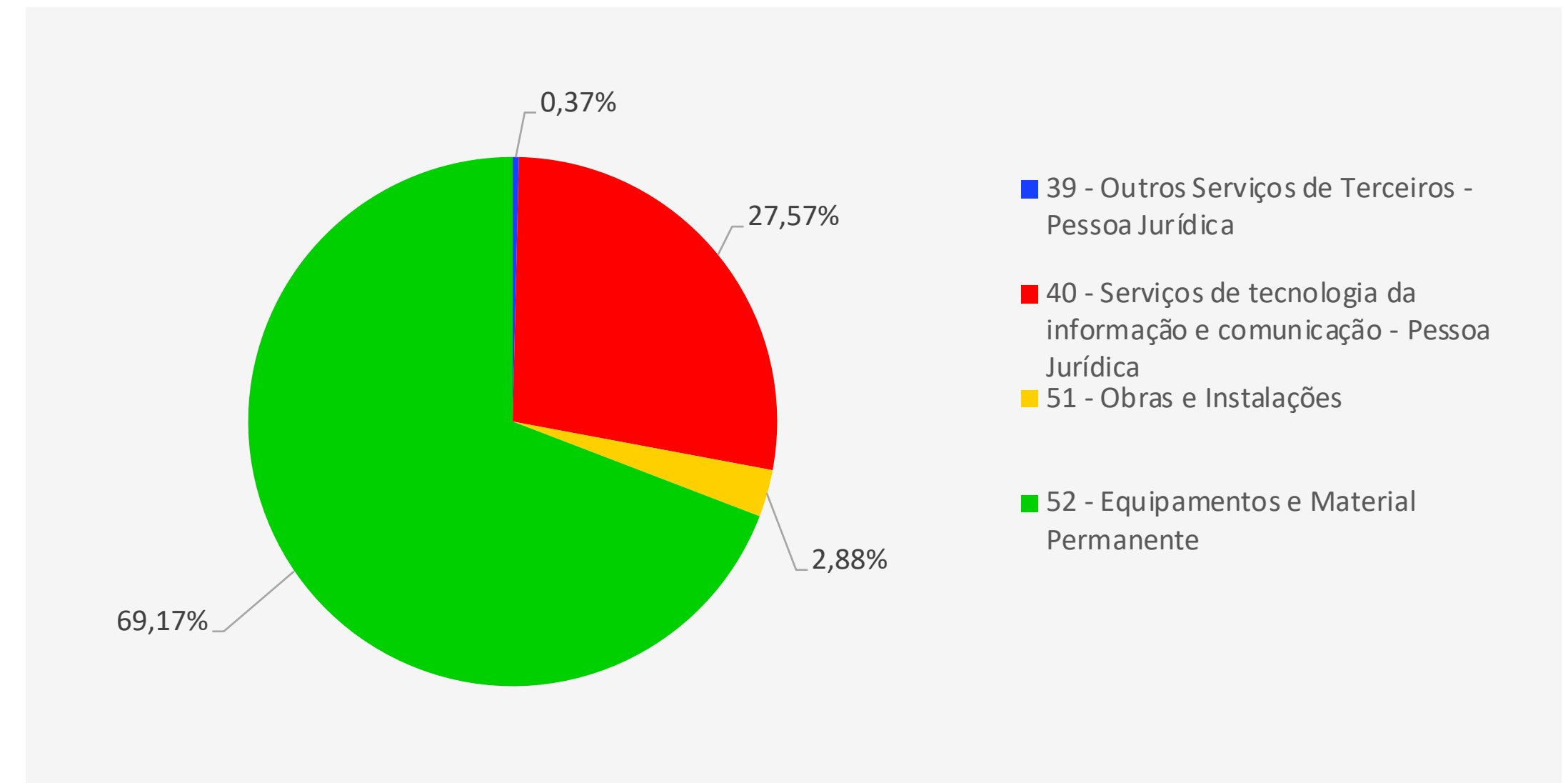
Entre as despesas correntes, destacam-se as sentenças judiciais, que representaram **79,37%** do total, com execução de **R\$ 667,8 milhões**. Outros gastos incluíram auxílio-alimentação (R\$ 45 milhões), serviços de TI (R\$ 66,9 milhões) e locação de mão de obra (R\$ 19,9 milhões), totalizando **R\$ 842 milhões**.

PERFIL DE INVESTIMENTO, EMPENHADO EM 2025

Elemento de Despesa (desc.)	Empenhado
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	3.700.000,00
51 - Obras e Instalações	386.980,00
52 - Equipamentos e Material Permanente	9.283.269,91
	13.420.249,91

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 07/01/2026.

INVESTIMENTO 2025

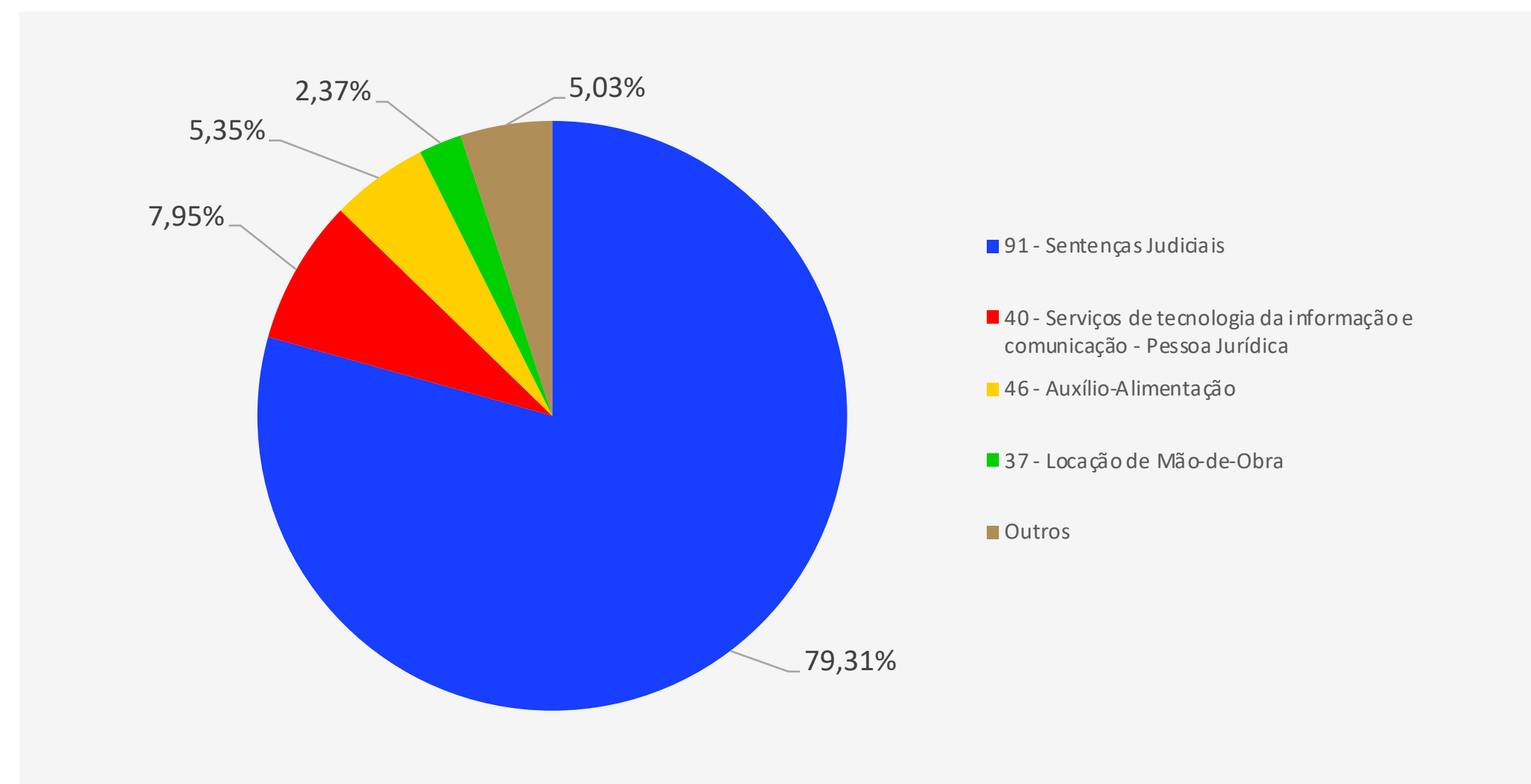


FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 07/01/2026.

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO PPA

No âmbito do PPA, **71,47%** da execução financeira ocorreu no Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo, com destaque para a ação Ativos Cíveis da União (R\$ 1,69 bilhão). Quanto aos restos a pagar, foram inscritos **R\$ 151,7 milhões**, dos quais **R\$ 133,3 milhões** foram pagos, demonstrando eficiência na liquidação de compromissos anteriores.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES



FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 07/01/2026.

PERFIL DE DESPESAS CORRENTES, EMPENHADO EM 2025

Elemento de Despesa (desc.)	Empenhado
08 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	1.785.018,00
14 - Diárias - Civil	4.405.101,09
30 - Material de Consumo	15.891,58
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	11.570.143,99
35 - Serviços de Consultoria	1.000.000,00
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	671.299,73
37 - Locação de Mão-de-Obra	19.921.634,93
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11.821.467,09
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	66.919.161,08
41 - Contribuições	818.658,95
46 - Auxílio-Alimentação	45.056.222,00
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	976,00
49 - Auxílio-Transporte	414.142,00
91 - Sentenças Judiciais	667.800.636,78
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	753.653,37
93 - Indenizações e Restituições	7.248.371,54
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	1.810.000,00
	842.012.378,13

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 07/01/2026.

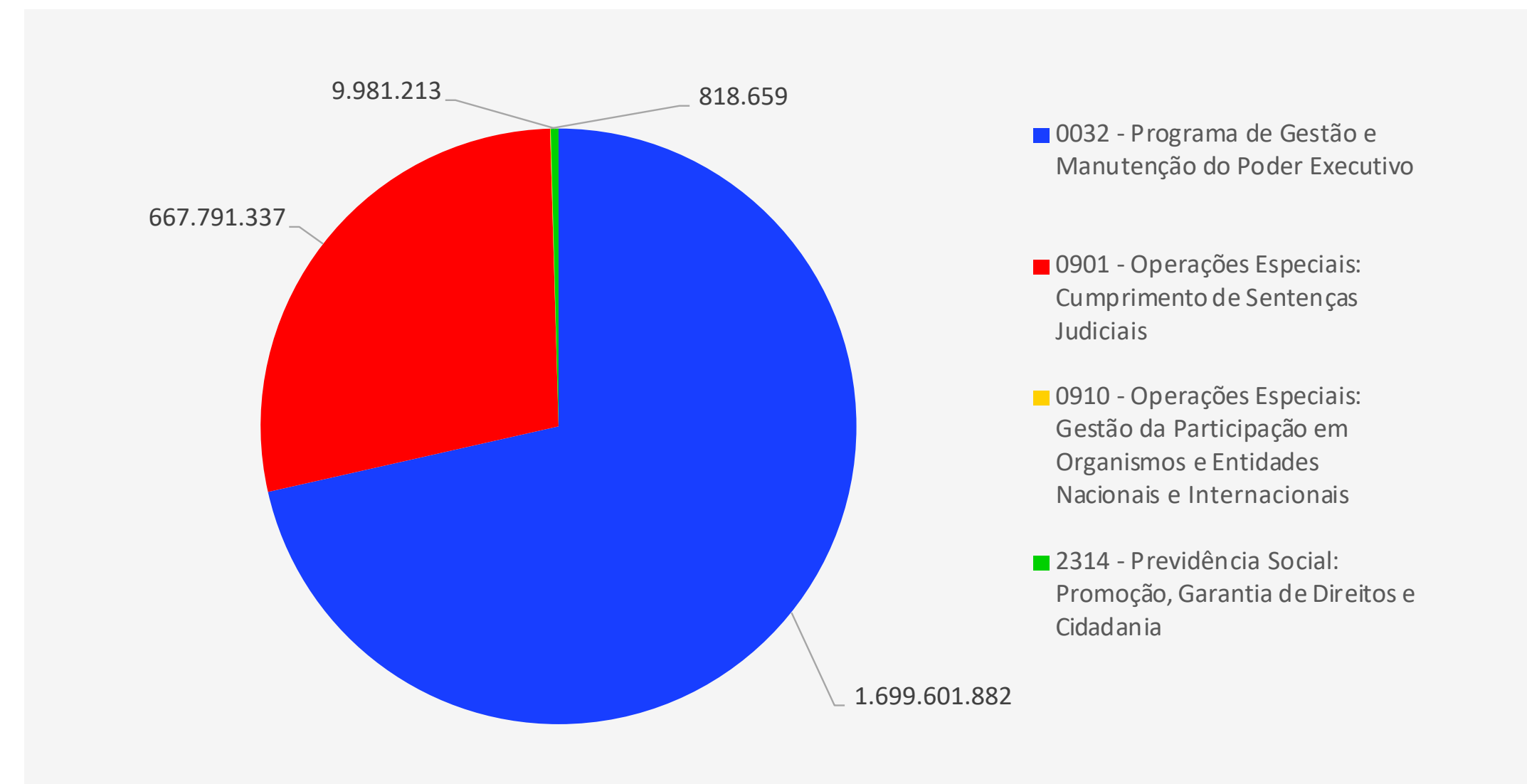
A gestão de custos seguiu a NBC TSP 34/2021, utilizando o regime de competência para registro. O MGI, como órgão setorial, implementou metodologia para apuração e alocação de custos no âmbito do ColaboraGov. As principais entregas do MPS incluíram a operacionalização do SIOP, acompanhamento da execução orçamentária via relatórios e integração com sistemas estruturantes, garantindo transparência e controle.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO PPA 2025

Programa (desc.)	Empenhado
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.699.601.882
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	667.791.337
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	818.659
2314 - Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	9.981.213
	2.378.193.090

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 07/01/2026.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO PPA



FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 07/01/2026.



Foto: Luiz Saldanha

4.2. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

No que se refere à gestão patrimonial e de infraestrutura, o Ministério da Previdência Social vem desenvolvendo ações voltadas ao aprimoramento do controle, da organização e da transparência das informações relativas aos bens móveis e à ocupação dos espaços físicos sob sua responsabilidade.

Destaca-se, nesse período, a realização do inventário patrimonial, atualmente em fase de execução, que tem como objetivo a atualização cadastral dos bens, a verificação da existência física, do estado de conservação e da adequação do uso dos equipamentos e mobiliários às necessidades institucionais. Essa iniciativa contribui para o fortalecimento da governança patrimonial e para a confiabilidade das informações registradas nos sistemas oficiais.

No âmbito da infraestrutura, as ações concentraram-se no acompanhamento das condições dos espaços ocupados pelo MPS, na identificação de necessidades de manutenção, adequações e melhorias, bem como na articulação com os órgãos responsáveis pelos serviços compartilhados, visando garantir ambientes de trabalho adequados, seguros e compatíveis com as atividades desenvolvidas.

Como resultado, observa-se o aprimoramento dos controles internos relacionados ao patrimônio e à infraestrutura, criando bases mais sólidas para o planejamento futuro, para a tomada de decisão gerencial e para o atendimento às exigências dos órgãos de controle.

4.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2025, foram registrados avanços no processo de transformação digital do Ministério da Previdência Social, com o objetivo de tornar os serviços mais acessíveis, eficientes e transparentes. O Plano de Transformação Digital (PTD 2025–2026) estruturou as ações em quatro eixos principais: aprimoramento da qualidade dos serviços, unificação dos canais de atendimento, melhor aproveitamento dos dados e fortalecimento da segurança. O PTD é monitorado de forma contínua, assegurando o alinhamento das iniciativas com as necessidades da sociedade, além de promover a transparência ativa e o controle social por meio da divulgação de informações públicas em linguagem clara e acessível.

No aspecto de governança e gestão em TI, o Ministério da Previdência Social consolidou avanços estruturantes, pela integração entre planejamento, políticas institucionais e infraestrutura tecnológica. Destacam-se a instituição do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (CGDSI), com a realização de reuniões ordinárias que aprovaram instrumentos estratégicos como o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2025-2027), o Plano de Transformação Digital (PTD 2025-2026), a Política de Segurança da Informação (PSI), a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR), e a criação do Subcomitê de Governança de Dados e Inteligência Artificial - SGDIA, do Programa de Conscientização e Capacitação em Segurança da Informação - PREV-SEG, do Grupo de Trabalho para desenvolver o Programa de Governança de Dados do MPS e do Laboratório de Inovação em Inteligência Artificial (LAB-IA).

A segurança da informação e a privacidade dos dados foram tratadas como prioridades estratégicas. No contexto do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), foram realizadas ações para aumentar a proteção dos dados

institucionais e evitar problemas que possam comprometer a prestação dos serviços. Essas ações incluíram melhorias contínuas nos controles, ajustes tecnológicos e campanhas de conscientização para os colaboradores. Além disso, foram implementadas medidas adicionais, como novos controles de acesso, revisões periódicas dos perfis de usuários, atualização dos sistemas de proteção de rede e monitoramento constante dos ativos digitais, reforçando a governança e resiliência dos dados do órgão. Destaca-se, ainda, a atuação da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR), responsável pela identificação, análise e resposta a eventuais ameaças.

A infraestrutura tecnológica foi modernizada com a aquisição de computadores, softwares e novos equipamentos de impressão, ampliando a capacidade de atendimento das unidades e apoiando políticas e projetos. Foi iniciado, ainda, o plano de adoção de ferramentas de inteligência artificial, visando apoiar as equipes nas demandas diárias, sempre com uso responsável e em ambiente institucional seguro. Essas iniciativas contribuem para a redução de filas de tarefas internas e para a oferta de serviços digitais de forma mais ágil e qualificada.

4.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.4.1. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A Situação Patrimonial refere-se ao conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade pública em determinado momento, sendo demonstrada no Balanço Patrimonial (BP). O BP oferece uma visão da posição financeira da entidade e da sua capacidade de honrar compromissos. Dessa forma, a análise patrimonial permite avaliar a solvência, liquidez e sustentabilidade, aspectos essenciais para o planejamento e a tomada de decisão no âmbito da administração pública.

COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

Ativo: Recursos controlados pela entidade que podem gerar benefícios futuros. No MGI, o ativo totaliza R\$ 126,6 milhões, sendo aproximadamente 79% constituído pelo Caixa e Equivalentes de Caixa.

Passivo: Obrigações presentes da entidade, totalizando R\$ 1,563 trilhões. Desse valor 99,99% referem-se as provisões para reconhecimento, mensuração e evidenciação do Passivo Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União. A mensuração do referido passivo fundamenta-se nos parâmetros técnicos estabelecidos pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e detalhados

na Nota Técnica SEI nº 1.124/2025/MPS, documento que disciplina as premissas, as hipóteses e as projeções utilizadas nos cálculos atuariais.

Patrimônio Líquido: O MPS apresenta Situação Patrimonial Negativa ou Passivo a Descoberto de R\$ 1,563 trilhões, resultante da diferença entre o ativo e o passivo exigível. O Patrimônio Líquido decorre, majoritariamente, de resultados acumulados, incluindo o resultado do exercício e o resultado de exercícios anteriores.

Ativo		Passivo	
Caixa e Equivalentes de Caixa	99.984.363,37	Obrigações Trabal., Prev. e Assist.	127.716.996,15
Estoques	-	Provisões	1.563.416.168.812,23
Imobilizado	9.983.276,52	Demais Obrigações	82.876.835,57
Intangível	16.285,64	Passivo Exigível	1.563.626.762.643,95
Demais Créditos e Valores	16.694.634,64	Patrimônio Líquido	-1.563.500.084.083,78
Total	126.678.560,17	Total	126.678.560,17

RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial representa a variação na Situação Líquida Patrimonial de uma entidade durante um período contábil, sendo apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

O Resultado Patrimonial reflete o impacto das operações da entidade sobre seu patrimônio líquido.

Em 2025, o MPS registrou um superávit patrimonial de R\$ 74,5 bilhões (receitas patrimoniais superaram as despesas). Os principais fatores que impactaram essa variação foram:

- R\$ 2,3 bilhões: Transferências financeiras líquidas.
- R\$ 74,6 bilhões: Reversão de provisões e ajustes para perdas
- R\$ 1,6 bilhão: Gastos com pessoal, encargos e benefícios previdenciários.

	2025	2024
Varição Patrimonial Aumentativa	1.053.517.571.862,97	911.588.870.424,79
Varição Patrimonial Diminutiva	978.951.365.692,92	985.537.263.438,10
Resultado Patrimonial	74.566.206.170,05	-73.948.393.013,31

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

A Geração Líquida de Caixa no setor público representa o saldo entre entradas e saídas de recursos financeiros em um determinado período.

Ela é apurada na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e reflete a capacidade da entidade pública de gerar caixa suficiente para cobrir suas despesas operacionais, investimentos e obrigações financeiras.

Em 2025, o MPS apresentou Geração Líquida de Caixa superavitária de R\$ 19,3 milhões. Isso significa que ocorreu um aumento no saldo de caixa e equivalentes. Os principais fatores que impactaram essa variação foram:

- R\$ 978,8 bilhões: Transferências financeiras (ingressos).
- R\$ 976,6 bilhões: Transferências financeiras (desembolsos).

	2025	2024
Atividades Operacionais	19.318.100,65	-8.359.719,58
Atividades de Investimento	-	-
Atividades de Financiamento	-	-
TOTAL	19.318.100,65	-8.359.719,58

4.4.2. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário, apresentado no Balanço Orçamentário (BO), reflete o confronto entre as receitas e despesas orçamentárias realizadas em um determinado período. Ele indica se a execução orçamentária resultou em superávit ou déficit.

Em 2025, o MPS apresentou déficit orçamentário de aproximadamente R\$ 2,35 bilhões, influenciado principalmente pelas despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes.

	2025	2024
Orçamento corrente	-2.340.509.304,31	-2.049.981.069,43
Orçamento de capital	-8.111.600,00	-
Resultado orçamentário	-2.348.620.904,31	-2.049.981.069,43

4.4.3. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro é apresentado no Balanço Financeiro (BF). Ele é composto pelo resultado orçamentário, somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ao resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo restos a pagar).

Em 2025, o resultado financeiro do MPS foi superavitário em R\$ 19,3 milhões.

	2025	2024
Resultado Orçamentário	-2.348.620.904,31	-2.049.981.069,43
Receita Orçamentária	-	-
Despesa Orçamentária	2.348.620.904,31	2.049.981.069,43
Resultado das Transferências Financeiras	2.287.399.313,27	2.039.723.878,49
Transferências Financeiras Recebidas	978.858.335.677,17	911.471.216.296,45
Transferências Financeiras Concedidas	976.570.936.363,90	909.431.492.417,96
Resultado Extraorçamentário	80.539.691,69	1.897.471,36
Recebimentos Extraorçamentários	231.421.863,49	110.944.262,32
Pagamentos Extraorçamentários	150.882.171,80	109.046.790,96
Resultado Financeiro	19.318.100,65	-8.359.719,58

4.4.4. RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar (RAP) representam despesas empenhadas, mas não pagas até o final do exercício financeiro, sendo transferidas para pagamento no exercício seguinte.

Classificação:

- a) Restos a Pagar Processados: Despesas liquidadas, mas ainda não pagas.
b) Restos a Pagar Não Processados: Despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas.

Importância:

- Permitem que despesas realizadas em um ano sejam pagas no ano seguinte, garantindo a continuidade de serviços e investimentos públicos.
- São monitorados para evitar acúmulo excessivo de obrigações sem cobertura financeira, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

PARA MAIS DETALHES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DO MPS

Informações completas e mais detalhadas estão disponíveis nas notas explicativas do 4º trimestre de 2025, bem como nas demonstrações contábeis trimestrais publicadas no Portal do MPS. <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/demonstracoes-contabeis>.

RPNP		Inscritos Exercícios Anteriores	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos	342.839,94	1.588.701,61	1.540.121,48	1.540.121,48	-	391.420,07
	Outras Despesas	2.586.944,07	7.397.100,40	2.503.818,23	2.503.818,23	2.330.199,87	5.150.026,37
	Subtotal	2.929.784,01	8.985.802,01	4.043.939,71	4.043.939,71	2.330.199,87	5.541.446,44
Despesa de Capital	Investimentos	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	-	-	-
TOTAL		2.929.784,01	8.985.802,01	4.043.939,71	4.043.939,71	2.330.199,87	5.541.446,44

RPP		Inscritos Exercícios Anteriores	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos	2.012.035,36	96.286.252,20	96.286.252,20	2.012.035,36	-
	Outras Despesas	10.062,75	4.005.056,45	3.988.238,98	26.880,22	-
	Subtotal	2.022.098,11	100.291.308,65	100.274.491,18	2.038.915,58	-
Despesa de Capital	Investimentos	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	-	-
TOTAL		2.022.098,11	100.291.308,65	100.274.491,18	2.038.915,58	-

CUSTO

01. Pessoal e Encargos	152.261.874
02. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	69.935.018
02.01. Tecnologia da Informação e Comunicação	40.163.972
02.01.06. Serviços Técnicos Profissionais de TIC	39.684.876
02.01.10. Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados	420.341
02.01.99. Demais Tecnologia da Informação e Comunicação	58.755
02.02. Terceirizados	12.077.075
02.02.01. Serviços de Apoio	12.023.071
02.02.01.01. Secretariado	4.386.466
02.02.01.02. Assistente Administrativo	5.682.453
02.02.01.03. Brigada de Incêndio	696.453
02.02.01.04. Limpeza	764.434
02.02.01.99. Demais Serviços de Apoio	493.265
02.02.02. Serviços Técnicos	54.005
02.03. Funcionamento	17.693.970
02.03.01. Material de Consumo	2.524
02.03.02. Serviços de Apoio	2.711.887
02.03.02.01. Seleção e Treinamento	2.241.042
02.03.02.99. Demais Serviços de Apoio	470.845
02.03.03. Serviços Técnicos	76.237
02.03.04. Locação e Manutenção de Bens	2.755.207
02.03.04.01. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	2.615.244
02.03.04.99. Demais Locação e Manutenção de Bens	139.963
02.03.05. Diárias, Transportes e Passagens	11.735.701
02.03.06. Água, Energia e Gás	411.578
02.03.07. Depreciação, Amortização e Exaustão	837

PESSOAL E ENCARGOS

O custo de mão de obra corresponde aos gastos com a força de trabalho efetiva do órgão, abrangendo remuneração, benefícios e encargos dos servidores que atuam diretamente nas atividades institucionais, incluindo servidores requisitados e excluindo aqueles cedidos a outros órgãos. Para fins de análise, o custo de mão de obra é segmentado em dois grupos: **SIAPE** e **Extra SIAPE**.

O custo **SIAPE** compreende aos gastos com servidores registrados no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), incluindo remuneração, e benefícios. Ressalta-se que o grupo SIAPE inclui tanto servidores do quadro próprio quanto servidores requisitados de outros órgãos desde que cadastrados no SIAPE, com remuneração e benefícios processados nesse sistema. O custo **Extra SIAPE** refere-se aos gastos com servidores requisitados de outros órgãos e entidades públicas não cadastrados no SIAPE, cujos valores são pagos pelas instituições de origem e posteriormente ressarcidos ao MPS.

Não foram considerados nas análises os servidores pertencentes às carreiras de Supervisor Médico Pericial, de Perito Médico Federal e do quadro de Perícia Médica.

CUSTO E QUANTITATIVO MÉDIO DE SERVIDORES POR UNIDADE ADMINISTRATIVA

Unidade Administrativa	Custo SIAPE	Custo Extra SIAPE*	Custo Total	Quant. Média SIAPE	Quant. Média Extra SIAPE*	Quant. Média Total
AECI	2.064.365,80		2.064.365,80	6	0	6
AINT	1.080.190,59		1.080.190,59	4	0	4
AMPP	92.696,71		92.696,71	0	0	0
ASCOM	1.752.736,68		1.752.736,68	10	0	10
ASPAR	531.810,88		531.810,88	2	0	2
ASPSD	330.203,91		330.203,91	1	0	1
CONJUR	2.697.353,91	66.942,79	2.764.296,70	10	1	10
CORREG	724.862,16		724.862,16	3	0	3
CRPS	60.259.250,06	1.154.207,65	61.413.457,71	777	6	783
OUVID	599.646,36		599.646,36	4	0	4
SE	27.363.819,02	505.161,23	27.868.980,25	121	3	124
SRGPS	18.181.600,71	92.396,70	18.273.997,41	68	1	69
SRPC	28.061.963,12	1.379.422,53	29.441.385,65	87	10	97
GM/MPS	5.229.507,06	93.735,83	5.323.242,89	19	1	19
Total	148.970.006,97	3.291.866,73	152.261.873,70	1112	22	1134

QUANTITATIVO DE PESSOAL

Em 2025, o órgão contou com um quantitativo médio total de **1.134 servidores**, sendo **1.112 servidores SIAPE**, o que representa **98%** da força de trabalho, e **22 servidores Extra SIAPE**, correspondendo a **2%** do total. Esses dados evidenciam que a execução das atividades institucionais é majoritariamente sustentada por servidores registrados no SIAPE, com utilização complementar de mão de obra requisitada fora desse sistema.

A distribuição do efetivo SIAPE revela **elevada concentração média de pessoal nas seguintes unidades administrativas: Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS (70%), Secretaria Executiva – SE (11%) e Secretaria de Regime Próprio e Complementar – SRPC (8%)**. Essas três unidades concentram aproximadamente 89% da força de trabalho SIAPE do órgão, evidenciando seu papel central na execução das atividades.

No que se refere à composição da força de trabalho Extra SIAPE, observa-se uma maior concentração na **SRPC (47%), CRPS (28%) e SE (13%)**, evidenciando as áreas com maior necessidade de complementação do quadro por meio de requisições por ressarcimentos.

CUSTO DE MÃO DE OBRA

No exercício de 2025, o custo de mão de obra **SIAPE** totalizou **R\$ 148.970.006,97**, concentrando-se majoritariamente nas unidades CRPS (40%), SRPC (19%) e SE (18%). Essa distribuição reflete a elevada concentração de pessoal nessas unidades, bem como o perfil das atividades nelas desempenhadas, caracterizadas por elevado volume operacional e funções estratégicas de suporte à gestão.

Os dados Extra SIAPE de 2025 não foram totalmente considerados devido à defasagem no processo de ressarcimento dos servidores requisitados; assim, **foram consideradas apenas as competências de janeiro a agosto**. Os servidores Extra SIAPE representaram, até agosto de 2025, um custo de R\$ 3.291.866,73, com maior concentração na SRPC (42%), na CRPS (35%), e na SE (15%).

No que se refere ao órgão de origem, as maiores parcelas desse custo são oriundas de **servidores vinculados à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO (41%), à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV (34%) e ao Banco do Brasil – BB (19%)**, evidenciando a relevância dessas instituições no apoio às atividades do órgão, especialmente em áreas técnicas e operacionais especializadas.

PERFIL ETÁRIO DA FORÇA DE TRABALHO

Por fim, destaca-se que, em dezembro de 2025, **35% da força de trabalho SIAPE possuía idade superior a 56 anos**, indicando que parcela considerável do quadro de pessoal encontra-se em faixa etária próxima à aposentadoria. Esse cenário representa fator crítico para o planejamento da gestão de pessoas, demandando ações voltadas à reposição gradual de quadros, à gestão do conhecimento e à mitigação de riscos de descontinuidade das atividades institucionais.

DEMONSTRATIVO DE USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

A análise anual de custos do Ministério da Previdência Social (MPS) revela que, logo após as despesas com pessoal, os gastos com **Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)** figuram entre os principais itens do orçamento administrativo. Esse resultado reflete a expansão das demandas por serviços de TI no âmbito do Governo Federal. Em particular, destaca-se o contrato mantido com a **Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência S.A. (DATAPREV)** – responsável pelo suporte a diversos sistemas estratégicos sob gestão do MPS (como o **CADPREV**, o Anuário Estatístico da Previdência Social, o Sistema de Informações Gerenciais do RPPS e o Sistema de Monitoramento e Análise das Informações da Previdência Social). As despesas vinculadas a esse contrato totalizaram aproximadamente **R\$ 39 milhões** no período.

Além dos investimentos em TIC, a análise de custos contemplou um grupo específico de despesas com **mão de obra terceirizada**, dada a relevância desse componente. Destacam-se, nesse grupo, os gastos com **serviços de Secretariado e Assistência Administrativa**. Em 2025, os serviços de **Secretariado** foram prestados inicialmente pela **Solução Serviço Comércio e Construção (Solução)** e, após o término desse contrato durante o ano, pela **Esplanada Serviços Terceirizados Ltda. (Esplanada)**. No total, essas contratações envolveram **57 colaboradores** (entre secretários técnicos, secretários-executivos e

encarregados) distribuídos pelas secretarias e unidades do MPS, resultando em despesas de cerca de **R\$ 4,4 milhões** no exercício. Já os serviços de **Assistência Administrativa** foram fornecidos pela **G&E Serviços Terceirizados Ltda. (G&E)**, com gastos da ordem de **R\$ 5,6 milhões** em 2025. *Ressalta-se que, devido a limitações de acesso a dados detalhados, não foi possível apresentar a distribuição dessas despesas por número de colaboradores ou por unidade administrativa.* Com vistas a aprimorar o controle e a qualificação desses gastos, está em planejamento, para o exercício de 2026, a **departamentalização das despesas com terceirizados**.

No âmbito da **infraestrutura**, as **despesas prediais** relacionadas à ocupação do **Bloco F** na Esplanada dos Ministérios totalizam cerca de **R\$ 1,8 milhão** em 2025.

Adicionalmente, identificou-se uma despesa compartilhada com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), na ordem de R\$ 3 milhões, referente a serviços integrados de manutenção predial contratados junto à Araújo Abreu Engenharia. Esse contrato abrange suporte técnico em engenharia e manutenção das instalações físicas – incluindo manutenção preventiva e corretiva de sistemas elétricos, hidráulicos, de climatização, elevadores e outros componentes prediais – executados sob demanda por equipe dedicada, no modelo de gestão integrada facilities.

DESPESAS PREDIAIS

Custo Predial	
Água e Esgoto	10.631
Brigada de Incêndio	696.453
CFTV	29.088
Eletricidade	64.686
Gerenciamento de Resíduos Sólidos não Perigosos	1.973
Jardinagem	9.969
Limpeza	764.312
Manutenção Ar-Condicionado	29.691
Manutenção Predial	24.314
Recepcionista	13.246
Recepcionista	14.475
Teste de Qualidade Ar e Água	26.731
Vigilância	116.218

Por fim, destaca-se outro gasto relevante no exercício: aproximadamente **R\$ 1,6 milhão** destinado à contratação do **Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE)**, responsável pela organização e condução de concurso público para provimento de cargos de Perito Médico Federal. Esses investimentos, em conjunto, refletem o compromisso do MPS em equilibrar a manutenção de suas atividades-meio (como TI, infraestrutura e apoio administrativo) com o suporte às iniciativas estratégicas necessárias ao cumprimento de sua missão institucional.



MINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO